

SEMINÁRIO

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL, MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO (MDL) e CRÉDITO DE CARBONO

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2003

Este relatório está dividido em duas sessões, correspondendo a uma síntese das discussões em torno dos temas *certificação florestal, mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) e crédito de carbono*, que reuniram 30 participantes em seminário realizado em 15.12.03, no Rio de Janeiro.

Em nome da FASE (que organizou o evento), Maria Emília Pacheco salientou a oportunidade da discussão de temas ~~que~~, revestidos de polêmica de grande magnitude, e ^{com} desdobramentos, requerem uma avaliação. Ao apontar a necessidade de revisitar o tema da certificação florestal, ressaltou a atuação da FASE em dois biomas distintos – Amazônia e estado do Espírito Santo, onde participa da Rede Alerta contra o Deserto Verde - e o fato de ter participado da assembleia fundadora do *Forest Stewardship Council (FSC)*, no Canadá, em 1993. Desta maneira, a necessidade de uma avaliação deve-se:

- a) às mudanças da certificação ocorridas no mundo, à ligação histórica com o WRM (que apoia este encontro), diante da Convenção da ONU sobre Clima e do GT-Clima (integrante do Fórum Brasileiro de Ongs);
- b) aos riscos representados pelos mecanismos de crédito de carbono, enquanto um novo impulso à monocultura de árvores - como exemplo, citou a empresa Plantar S.A (MG), referindo-se à atuação da Rede Alerta contra o Deserto Verde e ao estudo realizado pela FASE e WRM (2003).

PAINEL I

Certificação Florestal e FSC, dez anos depois

Marcelo Carneiro, engenheiro florestal e sociólogo, apresentou o primeiro trabalho. Enquanto membro do GTNA - entidade articuladora de técnicos de organizações não-governamentais na Amazônia, que vêm trabalhando junto aos movimentos sociais - ressaltou que, desde 1999, vem acumulando experiência em torno da certificação florestal de empresas na Amazônia, questão que vem procurando então trazer para o interior da rede GTNA.

Do ponto de vista institucional, o envolvimento do GTNA com a certificação ocorreu a partir de 2002, quando organizaram com a FASE um seminário em Belém, uma primeira iniciativa de dar voz aos movimentos sociais na Amazônia, diretamente envolvidos com a certificação florestal (a publicação resultante deste seminário já está disponível). A partir daquela discussão, avaliaram que era preciso intervir de um modo mais acentuado, ingressando no Conselho Diretor do FSC, onde o papel do GTNA é de promover a articulação. Desde então vem acompanhando o desenvolvimento da certificação de empresas e seus principais problemas na Amazônia.

A partir de três questões levantadas pelos pesquisadores do Instituto Florestal Europeu, em um artigo sobre equidade e certificação (2000) - temas que permanecem bastante atuais - o expositor recuperou o debate internacional sobre o tema, onde são identificados *três eixos de desigualdade*:

1. a relação entre certificação dos países do hemisfério norte e países do hemisfério sul, visualizada num processo extremamente desigual e concentrado da certificação nos países do norte. Em 2000, a FAO realizou uma avaliação dos recursos florestais mundiais, considerando todos os sistemas de certificação empregados, e identificou a distribuição da área plantada ou da área certificada, com predomínio absoluto da Europa, Estados Unidos e Canadá (para 2002, o boletim da ITTO apresenta dados ligeiramente modificados). Do ponto de vista da certificação do FSC, 63 % da área certificada estão na Europa, 18 % nos Estados Unidos e Canadá, 12 % na América Latina, 4,0 % na África e 3,0 % na Ásia-Oceania. Portanto, o primeiro problema do ponto de vista da equidade seria a concentração da certificação nos países do norte;

2. tipo de empresa que se beneficia da certificação: são grandes empresas integradas ao mercado (na Amazônia é claro esse predomínio). Os pequenos produtores, individuais ou organizados em comunidades, representam uma parcela muito pequena da área certificada;

3. tipo de formação florestal certificada em que predominam as plantações face às florestas naturais.

Do ponto de vista do Brasil, os últimos dados disponíveis na página do FSC Internacional e do FSC Brasil apontam para esta distribuição:

- áreas de plantações correspondem a 65%;
- áreas certificadas de florestas naturais através de manejo empresarial correspondem a 31%;
- áreas de floresta natural certificadas em projeto de manejo florestal comunitário na Amazônia correspondem a 3% (aqui incluída a certificação do Projeto Xikrin/PA, com cerca de 40.000 hectares).

Um outro dado importante sobre a certificação no Brasil é a consolidação do CERFLOR, com a formalização dos princípios e critérios para certificação de plantações e o credenciamento da primeira certificadora. O expositor informou que os critérios para certificação de florestas naturais (pelo CERFLOR) estão em aberto na página da ABNT, e que estão recebendo sugestões até dia 14.01.04. É um selo que se articula com o processo pan-europeu de certificação florestal e que pretende, de acordo com os diretores da AIMEX, evitar o monopólio do processo de certificação por parte do FSC no Brasil. Num depoimento à Comissão da Amazônia que discutia sustentabilidade na exploração florestal, um representante do patronato florestal se queixava do atraso com que haviam conseguido implantar o CERFLOR e, segundo eles, teriam ficado “reféns” até então do único sistema de certificação, o FSC.

Estes três eixos de desigualdade certamente não passam despercebidos dos atores que participam da discussão sobre exploração dos recursos florestais e originaram dois tipos de reações básicas:

1. dos *setores do patronato florestal* organizado na ITTO, durante algum tempo o reconhecimento mútuo do sistema foi a principal tese levantada e hoje (conforme o boletim da ITTO e outras publicações) trabalham a partir do pressuposto de que a certificação está concentrada no sul, devido ao alto índice de exigências que ela estabelece para o manejo florestal em áreas de florestas tropicais. Eles têm trabalhado com uma ‘abordagem progressiva’ da certificação, ou seja, certificação por etapas, por módulos – esta é a principal reação do setor empresarial. A certificação por etapas significa que aqueles dez princípios do FSC ou de qualquer sistema de certificação seriam quebrados e não se exigiria da empresa, no momento da certificação, o cumprimento de todos aqueles *quesitos*, mas uma *aproximação progressiva* do conjunto das metas da certificação.

A ITTO realizou três oficinas para debater esta questão em todo o mundo e, na cidade do Panamá (maio 2003), envolvendo os atores da América Latina, na discussão sobre o que

deveria ser privilegiado numa 'abordagem progressiva' da certificação, os termos foram *unânicos* quanto ao cumprimento, numa primeira etapa, apenas da legislação; numa segunda etapa, dos aspectos ambientais; numa terceira etapa, dos aspectos econômicos e, numa quarta etapa, dos aspectos sociais.¹ Ainda do ponto de vista dos empresários na Amazônia, a discussão sobre certificação envolve sempre a idéia do *custo elevado*, não propriamente da certificação, mas da *adequação do manejo realmente existente*, diante do manejo proposto pela certificação.

2. Reação dos membros de organizações dos movimentos ambientalistas, dos movimentos sociais criticando a certificação diante dessa concentração excessiva, conferindo vantagens à certificação de grandes empresas, de plantações. Os trabalhos de Klemens Laschefski (ref.?) têm apontado nesse sentido, assim como do WRM, que também trabalha nessa perspectiva.

É sobre a certificação na Amazônia de um modo abrangente que o expositor afirmou ser possível trazer uma contribuição para o debate. O Quadro I (Informações gerais das empresas certificadas na Amazônia Legal até o presente momento - em anexo) contém os dados considerados mais significativos pelo expositor, do que é possível reunir com a colaboração de outros pesquisadores e técnicos que atuam nessa área na Amazônia. Observou que em relação ao principal mercado dessas empresas, a informação do SISCOMEX (Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio) diz respeito apenas à *faixa de volume de exportação* (1-10 milhões de dólares) e não mais ao valor individualizado.

Em relação à empresa Juruá Florestal Ltda., ressaltou a característica de suas duas 'fazendas' / unidades certificadas de manejo florestal serem áreas arrendadas; destacou a Cikel, com uma área de 140 mil hectares em Paragominas (a maior empresa no Pará com unidade certificada), tendo ainda pretensão sobre uma área em Portel, que estaria em processo de certificação pela SCS (área que tem conflitos com ribeirinhos e com lideranças políticas locais); a Lisboa Madeiras é uma empresa do grupo Precious Wood em associação com um importador holandês e a Guavirá Agroflorestal, a única que dispõe de financiamento do BNDES.

Ressaltou as dificuldades em reunir dados relativos às áreas de cada uma dessas empresas - a área apresentada é aquela do momento da certificação da unidade de manejo florestal, *o que não quer dizer que seja essa a área total*, para completar o ciclo de manejo. Como o conhecimento que se tem das empresas certificadoras (SCS e SGS) é apenas a partir dos *resumos públicos*, para complementar as informações é necessário buscar as páginas internacionais [Internet] dessas grandes empresas de certificação. Exemplificou através do caso de uma empresa que tem uma área de 120 mil hectares - 40 mil hectares a mais que não foram objeto ainda de certificação.² Este consiste em um dos problemas mais sérios identificados no Seminário em Belém (2002): os resumos públicos *não* informam como deveriam sobre os processos de certificação, sendo preciso 'garimpar' muito para obter as informações.

A partir dessas informações, o expositor procurou fazer uma tipologia das empresas que estão sendo certificadas na Amazônia:

¹ Estas informações constam do último boletim do ITTO, disponível em três línguas, na página da organização na Internet.

² A Gethal tem 40 mil hectares manejados e tinha pretensão de adquirir mais áreas em Manicoré/AM. Informações mais recentes indicam que a empresa passou por uma forte crise financeira (chegou a demitir 70% dos funcionários da indústria) e, portanto, não se sabe se o processo de aquisição de novas áreas teve prosseguimento. O resumo público apresentado pelo Imaflora relativo ao segundo monitoramento da Gethal não informou se a empresa teria adquirido novas áreas para completar o ciclo de manejo.

1 - médias e grandes (o expositor demonstrou como significa um número muito limitado, do ponto de vista de uma estratégia para modificar o perfil da gestão do manejo florestal em toda a Amazônia);

2 - voltadas para o mercado externo;

3 - receberam algum tipo de suporte externo, técnico ou financeiro - exs.: Juruá e Cikel, para fazer essas certificações tiveram um convênio com o ITTO, de transferência técnica de treinamentos, depois convênio com o CERFLOR-EMBRAPA; o empreendimento do grupo Precious Wood recebeu apoio da cooperação suíça; a Gethal era uma empresa cuja certificação foi uma pré-condição para sua aquisição pelo fundo de investimento norte-americano GMO (que está entre os maiores fundos institucionais norte-americanos). Pelo menos em relação às quatro primeiras empresas [ref. ao Quadro I] não foi a partir de mecanismos próprios de financiamento que conseguiram se certificar;

4 - de acordo com a localização. Recentemente, um trabalho do AMAZON (ref?) apresentou uma tipologia da localização de empresas na Amazônia, segundo o avanço da fronteira: "fronteira nova" (menos de 10 anos de ocupação), "fronteira intermediária" (de 10 a 30 anos) e uma "fronteira velha". O expositor observou que a maior parte das empresas do Quadro I está situada em área de "fronteira intermediária" - é o caso das unidades de manejo da Juruá 1 e 2 (Tailândia e Novo Repartimento/PA), da Lisboa (Tucuruí e Portel/PA), da Rhoden (Juruena/MT) e da Guavirá (Nova Maringá/MT). Existem também unidades de manejo florestal em áreas de fronteira antiga, como a Cikel em Paragominas e também uma empresa em vias de certificação em área de "fronteira nova" (Ecolog, em Vista Alegre do Abunã, entre RO e AC);

5 - para as empresas em processo de certificação (informações obtidas na página do Imaflora e pelos anúncios que chegam através da lista de difusão de informações do FSC-Brasil): "a SCS saiu à frente na certificação da Jari, tanto na unidade de manejo absolutamente grande ('incertificável', segundo muitos) e também seria a primeira plantação florestal certificada na Amazônia". Tem a experiência da CIKEL (Fazenda Jutaituba), que é uma área com denúncia de conflitos e a Rosa Madeireira, "que nunca sai da página do Imaflora, ninguém sabe se os obstáculos para a certificação dessa empresa são intransponíveis ou não".

O expositor apresentou informações sobre o perfil do setor florestal na Amazônia, a partir dos dados da Relação de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, que permite fazer uma série histórica mais prolongada das informações sobre empresas formalmente registradas. Ao observar a evolução do número de empregos desde quando a RAIS começou a ser informada na Amazônia (2001) e a indicação do crescimento (segundo os dados do AMAZON), este número teria que ser multiplicado por 1,8 para obter o número de empregos indiretos, considerando que são empresas formais - o que expressa uma visão limitada desse universo das empresas do setor na Amazônia -, mostrando ainda o avanço e o crescimento do emprego e das empresas em Mato Grosso e Rondônia, o declínio no estado do Amazonas e o crescimento diminuindo no Pará (Gráfico 2, em anexo).

Observando o Gráfico 3 (dados relativos a 2001 - em anexo), as empresas estão classificadas em micro, pequenas, médias e grandes: 71%, a maior parte, são micro-empresas (até 19 empregados); 26% pequenas (de 20 a 99 empregados); 3% das empresas são médias e as grandes são em número de 15 com mais de 500 empregados. Uma observação: se o tamanho que cada empresa representa é o emprego gerado, temos que as grandes geram 4% dos empregos, as médias 23%, as micro 25% e as pequenas, 48%. Assim, a certificação se concentrou, num primeiro momento, na faixa das grandes empresas e atualmente está abrangendo as médias, mas tem se mostrado completamente incapaz de atingir essas micro e pequenas empresas da Amazônia.

A partir do seminário ocorrido em Belém (2002) e de alguns trabalhos já publicados, foi possível identificar as críticas mais importantes ao processo de certificação de empresas na Amazônia:

1. intensificação da exploração dos trabalhadores nas serrarias das empresas certificadas (este aspecto já havia sido apontado pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores de Itacoatiara/AM). A certificação tende a proteger a empresa na exploração florestal: as condições de trabalho, de segurança, etc. são superiores às das empresas tradicionais. Quando a serraria está fora das unidades de manejo florestal, a intensificação recai sobre os trabalhadores na exploração, que são muito poucos se comparados aos trabalhadores da serraria e da indústria;³

2. parcialidade da abrangência, ou seja, é ponto comum nas análises a dúvida sobre a possibilidade da certificação ser um instrumento eficaz para o manejo sustentável na Amazônia, dada a concentração da mesma em grandes e médias empresas;

3. do ponto de vista da relação com as comunidades, o expositor apresentou uma divergência em relação aos trabalhos do Klemens Laschefski: a partir da experiência (Mil Madeireira e Gethal), argumentou que até o momento “não se verificou nenhum processo de expropriação camponesa”. Ao contrário, as empresas observam os princípios 1 e 2 do FSC, que são muito claros: respeito às áreas de posse dos agricultores, às áreas de coleta e dos recursos florestais não-madeireiros. O problema é que, do ponto de vista da relação com a comunidade, o benefício da floresta (segundo essas comunidades) “é praticamente nulo se considerarmos que continuam coletando, continuam tendo suas áreas de posse. *Tem que haver a mobilização* - essa é uma outra lição da certificação. Quando tem o movimento social, quando há pressão social, a certificação avança; quando não há movimento social, é mais difícil de avançar. Do ponto de vista da relação dessas empresas com as comunidades, é tratada como um entrave, quando não um aspecto essencialmente secundário para a empresa”.

No trabalho de Veiga Neto & Peter May sobre certificação florestal na Amazônia,⁴ há o depoimento de uma pessoa do departamento florestal da Gethal que argumenta que “o principal obstáculo para a certificação da empresa esteve ligado à relação com as comunidades” - uma visão completamente equivocada sobre esse tipo de relação, sobre as sinergias existentes entre empresa e comunidade, uma vez que a extração de madeira não coincide com o período de coleta da castanha. Esta é uma visão obtusa, normalmente encontrada nas intervenções do empresariado, do patronato florestal na Amazônia. O caso da Mil Madeireira, a primeira empresa florestal certificada, onde não se verificou ocorrência de conflito sobre a coleta de recursos florestais não-madeireiros similar ao da Gethal, mostra que a relação com as comunidades é algo tratado como supérfluo, uma “bijuteria” para a empresa.

Manuel Amaral Neto, membro do IIEB e do GTNA, acrescentou que, através do IIEB, vem realizando um trabalho de articulação com as iniciativas do manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira e, enquanto membro voluntário do GTNA, vem permitindo fazer algumas reflexões críticas sobre o processo de certificação:

1. esta articulação tem possibilitado que o manejo florestal comunitário comece a entrar na agenda do governo, desde mecanismos legais que permitem a *simplificação de procedimentos* para análise dos planos de manejo, até (já com o novo governo) políticas concretas de fomento e, mais recentemente ainda, os assentamentos florestais;

2. atualmente, há nove experiências de extração, passando pelo 3.o/4.o ciclo de corte, com perspectiva de se pensar o exponencial a partir de 2004; estas diferentes experiências de manejo

³ O expositor mencionou uma dissertação de mestrado recentemente apresentada à Universidade Federal do Amazonas sobre a certificação florestal na visão dos trabalhadores da Mil Madeireira, que identifica claramente este processo.

⁴ Cf. VEIGA NETO, F. & MAY, P.H. (2000). Barreiras à certificação na Amazônia brasileira – a importância dos custos (Relatório Final). Pró-Natura/IIEB/GTZ, p.41.

florestal comunitário em curso hoje na Amazônia têm o mercado local como seu principal destino: cerca de 70% dos produtos florestais e principalmente a madeira que é produzida pelas comunidades através do manejo chega, no máximo, até a sede do município ou até a capital do estado onde aquele município está localizado. Somente um terço dos projetos começa a comercializar a madeira no mercado nacional;

3. há quatro experiências de certificação desenvolvidas com comunidades, considerando o caso do Projeto Xikrin (PA), que envolve a nação indígena, mas o processo e a concepção têm um caráter empresarial (há um empresário responsável pela exploração e beneficiamento do produto) – [o expositor não dispunha de informações sobre a safra de 2003], há outros quatro projetos em processo de certificação;

4. o processo de articulação das iniciativas de manejo florestal comunitário aponta para a questão dos *recursos* que possibilitem a certificação. Tem-se uma avaliação crítica de que, não necessariamente, nem o manejo nem a certificação estão internalizados no universo cultural das famílias que operam com o manejo. Mais recentemente, dentro do FSC há um mecanismo de simplificação dos padrões de certificação (dado o acúmulo no Brasil), direcionado principalmente às comunidades. Esse conjunto de iniciativas deve proporcionar que haja cada vez mais o aumento dos projetos de manejo florestal comunitário certificados, mas sem muita discussão concreta junto às famílias em relação ao que seria essa certificação, talvez mais por uma demanda externa de agências de financiadores, do que das próprias famílias.

De acordo com um levantamento realizado pelo expositor em 1999-2000 junto aos principais projetos certificados, principalmente em três dos quatro, as famílias tampouco sabiam o que era a certificação e que tipo de benefício poderia trazer. Segundo ele, este panorama não deve ter-se modificado muito desde então. É necessário cada vez mais *qualificar* o processo de manejo florestal, absorvendo dessas famílias o *conhecimento que elas têm da utilização de recursos florestais* e, a partir daí, ir internalizando as discussões sobre a certificação.

Ricardo Carrere, do World Rainforest Movement (WRM), tratou da certificação das monoculturas, de grandes plantios de árvores: “Quando falamos de plantações, não falamos somente de plantar árvores, mas falamos de grandes monoculturas, em grande escala, de árvores homogêneas, de árvores de rápido crescimento como os eucaliptos, pinus, gmelina, acácia - no Brasil, falamos sobretudo da questão dos eucaliptos”.

O expositor enfatizou a oportunidade do debate diante de uma situação global em que se verifica a *pressão das empresas plantadoras para plantar mais áreas*, muitas vezes com o apoio do Estado. No caso do Brasil, ficou clara a posição do atual governo nesse sentido (ainda antes de assumir a presidência), ao ser entrevistado por representantes das empresas florestais que querem ampliar, “mais que duplicar a área atualmente plantada, tanto para a produção de celulose como para a produção de carvão (vegetal)”. Observou que, ao mesmo tempo, verificava-se um *crescimento das lutas populares contra essas mesmas plantações*. É o caso do Brasil, particularmente o surgimento da Rede Alerta Contra o Deserto Verde que está no Espírito Santo, no sul da Bahia, no norte do Rio de Janeiro e, mais recentemente, em Minas Gerais - abrangendo portanto uma área bastante extensa.

De acordo com o expositor, a esta questão se agrega a mudança climática e o chamado “mecanismo de desenvolvimento limpo” (MDL), que contém em suas disposições a possibilidade do seqüestro de carbono através das plantações de árvores. “Nesse contexto, a questão importante de se debater é a atuação do FSC certificando algumas ou muitas dessas plantações a nível mundial - e qual seria a nossa posição sobre esse tema.”

Para o WRM, a questão começou com as monoculturas de árvores e as lutas contra as monoculturas iniciadas nos anos 80, como uma das causas principais do desmatamento, apoiando as lutas sociais contra as plantações em países como a Índia, a Tailândia, a Colômbia e outros, acompanhando os processos e as discussões globais sobre os efeitos ambientais. Desde então, tem-se observado um crescimento da área plantada e, conseqüentemente, um crescimento das lutas contra essas plantações.

No princípio da década de 90, no debate do FSC, novamente o WRM discutiu se estavam a favor ou contra a certificação e não havia uma posição unânime com relação à certificação regional, com respeito ao FSC em particular. Uma série de pessoas estava a favor, outras contra e não se chegou então a uma posição sobre a certificação de florestas e sim a uma posição contrária à certificação de plantações, que não são florestas, mas monoculturas (que é causa de desmatamento). Todavia encontraram aí uma contradição.

Considerando que as lutas locais têm avançado muito desde então e que o mundo adquiriu uma experiência maior, há dois anos o WRM viu que era preciso realizar uma pesquisa para colaborar com este debate, tendo encomendado então um estudo em dois países - Tailândia e Brasil -, onde já tinham contatos e onde os grupos locais acreditavam que uma pesquisa poderia ajudar as lutas que estavam levando a cabo, para avançar na confrontação com esses plantios. O WRM fez então um acordo com a Rede Deserto Verde (no caso do Brasil), da qual participam a FASE e outras entidades locais, tendo-se formado uma equipe de sete pessoas que realizou a pesquisa.⁵

O expositor ressaltou a questão da participação da FASE no FSC e o fato de ter co-produzido o estudo com o WRM, justificando: “Porque é evidente em muitos países (não somente no Brasil e na Tailândia) que a certificação está gerando problemas para as populações locais, gerando confusão. Do lado das empresas, elas dizem: “como é que vocês estão contra [a certificação de plantações], quando as ongs estão a favor? As ongs são FSC, Vs. são ongs também, ou seja, Vs. estão contra Vs. mesmos!?”

Em resposta, o representante do WRM argumentou que o FSC é composto por três áreas - empresarial, social e ambiental - que, por sua vez, não é um “projeto” das ongs que participam plenamente: “o que se queria com esta pesquisa era gerar suficiente informação, canais para promover um debate sério, para discutir o que se entende que não funciona bem no FSC”. A pesquisa reuniu dois estudos muito abrangentes, no sentido de que “diferentes atores e os diferentes tipos de problemas são tratados em uma mesma pesquisa, mas são dois processos totalmente distintos”. No Brasil, foram objeto de estudo duas empresas privadas (uma nacional e uma estrangeira) da produção de eucaliptos: Plantar e V&M Florestas, ambas em MG; na Tailândia, uma empresa estatal, de produção de teca. No Brasil, duas certificadoras, SCS e SGS⁶ e, na Tailândia, a SmartWood - estas são as três principais empresas certificadoras do mundo. Assim, o resultado das pesquisas colocou o *problema das certificadoras* em geral.

“Os resultados dos estudos foram piores do que esperávamos”, segundo o expositor do WRM, “tínhamos uma posição muito crítica com respeito aos princípios, aos critérios do FSC, mas verificamos que o *processo mesmo da certificação tinha muitíssimos problemas*, que não cumpria com os princípios e critérios do FSC (v. detalhes na publicação). O resultado final é que os três casos - no Brasil, duas empresas, na Tailândia uma (com duas plantações da mesma

⁵ CARRERE, Ricardo (org.), *Certificando o incertificável: certificação pelo FSC de plantações de árvores na Tailândia e no Brasil*. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, dez. 2003.

⁶ Scientific Certification Systems e Société Générale de Surveillance.

empresa) - quatro casos num sentido, foram certificados por *empresas que atentam contra a natureza e contra as populações*. Isto era muito claro em Minas Gerais, para os grupos que participam da Rede Deserto Verde.”

De acordo com o expositor, o resultado do estudo tem sido positivo, no sentido de que o tema das certificações das monoculturas de áreas já está na agenda do governo, o que é importante tanto a nível nacional como global. “É muito positivo o processo para poder converter, para que se possa comparar princípios e critérios com a realidade e com o que o FSC *diz* que deve ser feito. Para nós [WRM], o problema de base é que as *plantações não são florestas*. Esse é o erro inicial, o pecado original do FSC na questão da certificação de plantações.”

A instituição se chama em inglês *Forest Stewardship Council* - *steward* é uma palavra bem difícil de traduzir em português (ou em espanhol ou em qualquer língua), mas é ainda mais que ‘manejo’: teria uma implicação de *manejo correto do ponto de vista sócio-ambiental*; *steward* é uma maneira de dirigir a coisa de uma forma positiva, de uma forma delicada. Mas em *Forest Stewardship*, a idéia era como fazemos para *manejar a floresta* - isso é que a palavra *forest* significa. Em inglês tem uma palavra - *forestry* - que inclui também as plantações. Mas quando se fala de *forest*, fala-se da floresta. Essa é que foi a idéia original do FSC: foi criado para implementar sistemas de manejo adequados, apropriados para poder conservar as florestas, não para promover as monoculturas e os eucaliptos, mas para defender a floresta.

“Este é o problema inicial que tem conotações ideológicas: pretende-se tratar florestas e plantações como sinônimos. Os agentes florestais falam em “florestas plantadas”, mas não se pode plantar uma floresta! pode-se plantar somente as árvores! Na floresta tem gente (não se pode plantar gente!?), tem insetos, tem animais... é um ecossistema completo que não pode ser ‘plantado’ - pode ser ‘recuperado’, mas não plantado. Nesse caso estamos falando de espécies exóticas: como uma plantação de eucaliptos em Minas Gerais pode ser considerada uma ‘floresta’?”

“Para nós [WRM], esse é o pecado inicial - mas isso não é tudo. Isso se agrava (o que fica claro nessa pesquisa): o FSC tem dez princípios, cada princípio tem critérios. Os princípios vão de 1 a 10. E o Princípio 10 trata de “plantações”. Mas para uma empresa de plantações ser certificada, deve cumprir com os nove princípios que são específicos com relação às florestas (e também com o princípio 10, “plantações”). Mas esse princípio é totalmente insuficiente. Qualquer plantação, qualquer monocultivo florestal em grande escala pode ser certificado seguindo esse princípio! É possível ver aqui no Anexo [na publicação] uma crítica em detalhe do Princípio 10, mas a tônica geral é que todo princípio diz que “as plantações *cumprem*” com uma série de coisas positivas - *não* diz que a empresa *deve cumprir* com isso, deve até ter impactos sociais ou ambientais positivos, diz que *tem* esses impactos positivos. E todo princípio é assim: “as empresas poderiam”, “as empresas deveriam”, mas nunca *deve*, nunca é uma obrigação.

“Pensávamos que as únicas plantações que poderiam ter dificuldades de ser certificadas são aquelas plantações em que há disputa pela terra - como no caso do Espírito Santo, da Aracruz Celulose e a disputa com os índios Guarani. Pensávamos que somente nesses casos era possível que as empresas não fossem certificadas. Mas estávamos errados nisso. Em Minas Gerais, onde há disputas sobre a terra, que são terras devolutas, onde não é clara a propriedade, até mesmo aí as empresas conseguem certificação.”

Leitura crítica do Princípio 10

“Há todo um problema com o Princípio 10 que nós achamos que uma leitura crítica desse princípio é suficiente para se ver que é totalmente *insuficiente* para certificar alguma empresa. Mas ao mesmo tempo, essas três empresas certificadoras [ref. à pesquisa] não cumprem os critérios específicos de 1 a 10, principalmente o Princípio 10 - isto está muito bem documentado na publicação. Tanto na Tailândia como aqui, a empresa não cumpria com a maioria dos princípios. E o que dizia a empresa certificadora?

- “Nós temos um ano de prazo para cumprir com esses nove princípios!”

“Já no 10.o há um erro importante: que a empresa, para ser certificada, *tem que cumprir primeiro* com todos os critérios, não somente com o Princípio 10, mas com todos os princípios antes de ser certificada. Em todos os casos, vimos que é ao contrário: que a empresa não cumpre com os princípios/critérios, obtém a certificação e depois ela tem um ano para cumprir. Um ano depois, quando vem a ‘recertificação’, ainda não cumpre!”

Um outro problema que o representante do WRM acha importante debater é *quem paga pela certificação* - um aspecto semelhante em todas as consultorias em geral (também para hidrelétricas, por exemplo): “As consultorias são pagas pela empresa - esse é o ‘vício’, elas vivem disso. Uma certificadora que não certificar uma empresa não vai conseguir trabalho no futuro. E isto ocorre com todas as consultorias. A única saída que eles têm é dizer que vão tentar ser mais ‘flexíveis’ e mudar a certificação, ainda sabendo que eles não cumprem com os critérios e vão dar um prazo. É o que está ocorrendo e trata-se de um problema em geral, não apenas para a questão da certificação, mas para todas as *avaliações de impacto ambiental*, por exemplo. No caso das certificadoras, as conclusões em geral são: “esse projeto está tendo impactos negativos, tem que ter impactos positivos, nós recomendamos estas medidas mitigatórias e aprovamos”. Ninguém diz que o projeto é *ruim*, “não aprovamos” (mesmo se não cumpre com essas medidas mitigatórias).

O expositor ressaltou que seria um erro pensar que o problema está limitado a empresas no Brasil ou na Tailândia: “o problema é *muito mais amplo*. Na África do Sul, por exemplo, eles têm mais de um milhão de hectares certificados que são totalmente insustentáveis: estão destruindo a natureza, não estão gerando empregos, estão simplesmente certificando. A mesma coisa acontece no Uruguai, na Argentina, em todo o mundo estão passando por um processo semelhante: países em que 100% das certificações são plantações. No Uruguai, não é preciso certificar florestas, porque as florestas não estão sendo manejadas, estão protegidas - isto é, se o FSC pretende proteger a floresta, não tem nada o que fazer no Uruguai! Na Tailândia há uma proibição total de extração madeireira, não tem sentido proteger a floresta. No Uruguai, na Tailândia, Suazilândia, Sri Lanka, Nova Zelândia, Colômbia, Chile, Argentina, África do Sul, quase 100% das certificações são somente das plantações.

[Houve uma pergunta sobre dados em relação aos Estados Unidos e a resposta foi de que há poucos e que “embora as maiores plantações do mundo estejam lá, não estão certificadas pelo FSC e sim por outros sistemas de certificação monopolista”.]

De acordo com o expositor, a certificação do FSC em particular está debilitando as outros sistemas de certificação, que não têm credibilidade: “o FSC tem credibilidade porque as ongs hoje estão participando ativamente, o que torna muito mais difícil para nós lutarmos contra a certificação e o FSC do que encontrar outra certificação - tem ongs que participam ativamente do FSC, que não querem certificados fora de gente que tem uma posição em relação às plantações”.

WRM recomenda - estão discutindo a questão com o FSC:

- *suspensão total de certificação de plantações até que o próprio FSC faça uma revisão profunda do Princípio 10*, do que acontece no campo e dos impactos das monoculturas de árvores em geral. Não se trata apenas dos “princípios serem todos bons”, “uma boa certificadora resolve” - não é só isso. Através do estudo [referência à publicação WRM], foi possível observar que as questões são muito mais profundas dentro do Princípio 10. Que abram um espaço para uma discussão séria sobre a possibilidade ou não de certificar grandes monoculturas. No caso positivo, que se discuta quais deveriam ser os critérios para certifi-cá-las, o que implicaria numa revisão completa do Princípio 10, fazendo dele um princípio que incorpore melhorias substanciais a esse processo;
- necessidade de um acompanhamento muito detalhado do que fazem essas certificadoras no campo e porquê não cumprem com os critérios, com os princípios, com as consultas, com a participação - em geral estão violando a maior parte dos princípios e critérios do FSC. A longo prazo, o que o WRM quer é tirar totalmente as plantações do FSC - porque não são florestas.

DEBATE

Questões gerais (que precedem à discussão do FSC):

- modelo econômico: na história do FSC, algumas questões não estavam colocadas, como a redução do consumo, por exemplo. O debate sobre economia ecológica deve ser fundamental (idéia aplicável à discussão da certificação): com “esverdeamento” do produto, o pressuposto é de que não haja limite para o consumo;
- políticas públicas: ex. da Plantar/MG e certificação de monoculturas de árvores em áreas que foram fruto de concessão de terras públicas para empresa, com contratos chegando ao fim X luta de resistência dos movimentos na região, pela não renovação desses contratos e de conversão dessas áreas;
- questão fundiária e agrária;
- se legislação ambiental e trabalhista estivesse sendo obedecida, uma parte das questões não teria a magnitude e o impacto social e ambiental perversos, como os exemplos mostraram;
- enquanto *instrumentos de mercado*, em especial, instrumentos de certificação em geral e, em particular, *instrumentos de certificação ambiental* são instrumentos que movimentos sociais, ambientalistas podem se engajar - é uma questão de opção política, dependendo da avaliação que a entidade, que cada movimento fizer em torno desta decisão (engajar-se ou não), busca sinalizar para o consumidor a *qualidade do consumo* que ele pode ter e se isso pode ser uma ponte para, a partir do debate público, tentar reduzir o consumo (outras políticas públicas);
- informação e mobilização – necessário ampliar o debate;
- constatação política importante: *mudança de contexto*, em muitos sentidos, desde o surgimento do FSC até hoje: questão de escala. O debate se iniciou tendo como ponto de partida a questão global e hoje é preciso que se atente melhor aos processos locais, para informar possíveis definições em relação ao engajamento ou não de mercados no FSC;
- no plano internacional, três eixos da desigualdade: concentração maior nos países do norte, domínio das grandes empresas e das grandes monoculturas.

CERTIFICAÇÃO FLORESTAL e FSC

FSC: 1993 X hoje

→ 1993: contexto da criação do FSC (Toronto, 01-02.10.1993) como desdobramento de um processo iniciado anteriormente - tentativa de uma abordagem economicista das políticas ambientais gerando oposições, tensões e conflitos entre diferentes atores. Por um lado, o setor empresarial tentando consolidar, a partir da experiência da Mil Madeireira (AM), os sistemas de auto-regulação; por outro, o papel forte dos estados nacionais estava sendo questionado pelas idéias liberais e diante da crise dos movimentos sociais, a resolução deu-se pelo aspecto *técnico* (normatizações) e *científico* (sustentabilidade, em torno da Rio-92), tentando se valer de instrumentos de mercado para exercer o controle social.

Em Toronto havia cerca de dez propostas - houve momentos em que a idéia parecia que não iria vingar porque os setores empresariais falavam: “nós não vamos participar de nada que tenha a participação de ambientalistas ou movimentos sociais, indígenas”; os movimentos sociais e indígenas falavam: “nós não vamos participar de nada que tenha a participação do setor empresarial”; os ambientalistas: “nós não vamos participar de nada que tenha esse ou aquele segmento”;

→ “o verdadeiro controle público viria na medida em que um único setor não exercer o controle unilateral sobre qualquer instrumento”.

• FSC não pretendeu reduzir mas *qualificar o consumo*. A redução do consumo requer outras políticas, outros instrumentos e não necessariamente o da certificação ambiental (a discussão poderia ser sobre certificação de origem);

• FSC “democratizaria” o acesso à certificação.

→ 1998: a Associação dos Geógrafos do Brasil / ES começou a acompanhar a Rede Alerta contra o Deserto Verde na luta contra os plantios de eucaliptos, pela recuperação de 40 mil hectares dos índios Tupiniquim e Guarani/ES, diante dos conflitos com remanescentes de quilombos e camponeses. Quanto à Aracruz Celulose: processo de certificação para quê? (está buscando áreas na Bahia, sem índios ou quilombolas);

- problemas conceituais no “mosaico de paisagens” no FSC (“unidades de manejo”, florestas, territórios, bacias, regiões);

- questões sociais se tornaram mais presentes a partir de 2001-2002 (referenciado na última assembléia): documento da estratégia social do FSC (pressão óbvia porque FSC surgiu no norte, com sociedade civil que pressionava por um selo único - quando havia muitos selos - e que pudesse trazer a garantia de qualidade ambiental para o consumidor).

→ HOJE: onde está a falha nos critérios do FSC no Brasil? Seria uma questão do *modelo* de certificação ou de *procedimentos*, do processo, do tipo de ingerência política? é passível de solução ou não?

Questões relativas ao MODELO:

• Saber se o **modelo** do instrumento é tentativo de retorno ambiental, de regulação de certificação, que tem *concepções absolutamente diferentes* (FSC e CERFLOR têm diferenças nítidas - CERFLOR: não há possibilidade de participação ou de controle).

- Internamente ao modelo: os princípios, critérios e indicadores do modelo são 'adequados'? (o Princípio 10 talvez não seja adequado). O conjunto de princípios pode ser adequado, mas *não ser suficiente*: falta algo para garantir que o modelo seja efetivo?
 - necessário saber se este instrumento está funcionando ou não (detalhe que está muitas vezes se misturando a outras questões);
 - quem aplica o modelo o faz de maneira correta ou não? (questão ética). FSC foi criado com a preocupação de não ser o aplicador do modelo, mas *para certificar quais seriam as certificadoras* (painel de investigação e algum instrumento de exclusão de certificadora a-ética e irresponsável);
 - necessário separar os questionamentos relativos à *certificação ambiental de florestas e certificação de monoculturas* (processo);
 - a certificação ambiental das unidades de manejo florestal *não é alternativa à exploração ilegal*;
- certificação funciona para os interesses de grandes empresas internacionais;
 - certificação ambiental = *marketing* poderoso de legitimação social: ponto que as empresas perceberam e se apossaram de uma maneira muito intensa;
 - confere legitimidade às grandes empresas para apropriação de terras públicas (ex. debate sobre o ProFloresta, programa do BASA: crédito seria dado preferencialmente às empresas certificadas com juros de mercado, inviabilizando o uso desses meios para as comunidades amazônicas);
 - por trás da certificação estão os grandes interesses econômicos. Que tipo de benefício os trabalhadores do setor e as comunidades vão ter? participação nos lucros? ou apenas o cumprimento da legislação ambiental e trabalhista?
- consumo ético: modelo que só serve ao consumo abstrato - SELO é emblemático da economia solidária? (poucos pequenos produtores envolvidos com produtos múltiplos);
- fragilidade do Conselho Diretor e da Câmara Social no FSC-Brasil: representantes do setor empresarial (AIMEX, CELPA, Cikel) em disputa política com representantes de organizações de trabalhadores;
- ausência de instituições de representação e apoio dos movimentos sociais/rurais do sul e sudeste no Conselho Diretor remete à dificuldade de qualificar os debates internos, que acabam nivelados por baixo (os movimentos ambiental e agrário têm raízes diferenciadas);
- faltam informações para que os movimentos sociais assumam o controle sobre esses processos. Se não houver interação, haverá distorção das discussões;
- dificuldades quanto à não formalização de denúncias. COMO FAZER com que esses instrumentos possam funcionar? *sc 6*
- dificuldades quanto ao encaminhamento do debate junto aos projetos comunitários, havendo sempre necessidade de intervenção externa;
- FSC não resolve o problema de mercado - que é *política pública*. Qual é a proposta de política pública que se pode fazer? (pequenos produtores não têm acesso a mercado, não têm constância, não têm recursos, problemas com distribuição, 'atravessadores' e dificuldades de comercialização, de transporte);
- problemas de fundo no Princípio 10 do FSC (plantações florestais):
 - permite que qualquer plantação hoje se certifique - diz que é 'preferencial' ter mais espécies, mas *permite a monocultura* (é o que interessa à lógica empresarial);
 - a idéia é reduzir ao máximo o uso de agrotóxicos MAS o que se encontra no campo (MG e ES) é o uso de doze produtos diferentes. Nas áreas de plantações de eucaliptos,

um dos principais problemas encontrados nas comunidades locais é com a água, que geralmente diminui, além de ficar contaminada por agrotóxicos.⁷

• certificação permite uma *visão reduzida da realidade* - questão da *escala*: como a certificadora simplesmente observa, vê a floresta - três ou quatro dias de visita de campo: pouco tempo de trabalho de campo e afirmações ambiciosas

→ (com grande escala) os resultados são os grandes impactos: o FSC mira a nível de *unidade* de manejo florestal, não a nível de *bacia* (o que seria mais lógico), ou a nível de *região* (“Se se trata de uma unidade de manejo florestal de 10 mil hectares ou de 100 hectares de eucaliptos, o impacto sobre a água é pequeno. Mas se se trata de uma *bacia* - ou 100ha, 500ha, 1.000, 10.000 ha - a *somatória* gera um impacto enorme, principalmente sobre as pessoas que vão junto com a apropriação do território, com o poder da empresa”);

→ quanto maior uma empresa, quanto mais problemas sociais, maior o poder que exerce (ex.: Plantar está pressionando as comunidades locais, o sindicato de trabalhadores local, desde que começou um questionamento da certificação); as grandes empresas, normalmente, são grandes monoculturas (não somente de árvores, também soja, cana-de-açúcar): a questão é que modificam basicamente toda a região do ponto de vista social, cultural, político, ambiental, em todos os sentidos. Esses impactos *não podem simplesmente ser transformados em quesitos e critérios* do mecanismo internacional como o FSC;

• o sistema de rotação na exploração madeireira promovido pelo FSC na Amazônia leva à *necessidade de aquisição de terras próprias*, obrigando a uma reestruturação da empresa. É quando surgem os conflitos e as empresas se tornam ‘latifundiários’ i.e. o *sistema traz uma ‘latifundização’ da exploração de madeira*: tanto de plantações como de florestas primárias e não se constitui em alternativa aos processos de desmatamento (como destacam as publicações do FSC);

→ FSC não permite que expulsem as pessoas de suas terras, mas a população local é obrigada a conviver com a empresa, nas terras onde trabalham.

Exemplo: Gethal - no primeiro ano de grandes conflitos sociais com populações que se queixavam às instituições ambientais, chegaram a assinar um ‘contrato’ de *reconhecimento de direito ao uso daquelas áreas*. Após a primeira avaliação da certificação, verificou-se que a questão havia sido relativamente resolvida: os moradores podiam continuar a coletar castanha-do-Pará, mas ainda permanecia o problema do *significado do manejo florestal para a coleta de castanha*, uma vez que, nos anos de manejo, os coletores não podiam entrar nas áreas manejadas: “era muito perigoso entrar” (de acordo com a empresa). No sistema de mecanização da exploração de madeira (o que é certificado), a floresta é completamente transformada com o uso de máquinas pesadas, pela empresa, a abertura ‘planejada’ de novas estradas, acessos que as populações não tinham. No ‘contrato’ feito com as populações de comunidades de castanheiros do rio Madeira, o plano de manejo de castanha não entrou nos custos da empresa: alegando a situação econômica, recorreu ao apoio internacional do Banco Mundial (o que mostra que a empresa não queria resolver o problema);

Posições:

- **GTNA** (na Câmara Social do FSC-Brasil): importância de articular com os movimentos sociais na Amazônia para fazer uma discussão. Se chegarem à conclusão de que a

⁷ Vem sendo observado um índice elevado de ocorrência de câncer em Curvelo/MG, associado ao uso de agrotóxicos nas plantações de eucaliptos; é particularmente preocupante a situação das mulheres que trabalham nos viveiros de mudas e bebem água “potável” avermelhada, para depois amamentar seus filhos. A CPI do trabalho escravo em MG apurou estes casos e, de acordo com um levantamento realizado junto ao Ministério Público em Belo Horizonte, há muitos processos contra as empresas plantadoras de eucaliptos.

exploração florestal na Amazônia não é necessária, não é possível ser feita em larga escala: *exigir a moratória*, sendo *necessário discutir qual é a alternativa*, já que 80% hoje da exploração na Amazônia é ilegal, ‘com os padrões muito piores’.⁸

- **CTA:** “apostando”, analisando quais os pontos positivos e quais os pontos negativos de ser filiado ao FSC. De um ponto de vista econômico, os pontos positivos ainda não apareceram, mas acreditam que vão aparecer.
- **Aspectos positivos da certificação**
 - exemplo da ASSEMA (MA): capacidade de auto-determinação no trabalho com os produtos do babaçu, tem o seu próprio selo (Babaçu Livre) - a Body Shop (UK) pagou os técnicos para certificação orgânica (IFOAM) para provar que não usam nada químico para fazer a palmeira crescer (sem custo para ASSEMA) – situação muito distinta de projetos de manejo florestal comunitário (com recursos do ProManejo) que logo querem se certificar, com tutela de ong, sem autodeterminação [crítica ao Projeto Xikrin];
 - na Amazônia: possibilidade de fortalecimento das cooperativas - juntar várias comunidades para que possam ter constância, qualidade, volume, etc. Falta um caminho imenso de *capacitação* - mas é o caso de discutir com o poder público para que haja políticas de créditos, de assistência técnica, etc.
 - Certificação enquanto instrumento que tem potencial de controle social: é possível discutir COMO avançar para que os movimentos sociais possam ter mais controle desse processo e, ao mesmo tempo, resultar na mudança de procedimentos do poder público, tanto na legislação quanto nos instrumentos de controle.

Questões relativas ao PROCESSO:

1. Certificação de *floresta nativa* (Amazônia):

a) empresas - com diferenciações internas significativas:

- **ponto de vista operacional:** a Cikel (PA), por exemplo, utiliza o sistema de *skider* (de impacto reduzido) e a Mil Madeireira (AM) utiliza o sistema *truck skider/skider*, ou seja, duas máquinas para fazer o mesmo trabalho, o que é muito questionável do ponto de vista do engenheiro florestal que observa a operação (haveria inúmeras questões em relação aos impactos desses sistemas);
- **ponto de vista histórico:** exemplo da Mil Madeireira (“um grupo de velhinhas que dispunha de recursos, com a intenção de investir para ‘melhorar o setor florestal no 3.o mundo’, ‘impedir o desmatamento’) distinto dos casos da Cikel e da Gethal, empresas que têm um histórico de exploração e violência contra comunidades na Amazônia;
- **audiência pública e papel dos técnicos:** em que medida os auditores têm condições de contribuir na direção do processo, no estabelecimento dos parâmetros? metodologia das audiências públicas: requer informação e mobilização - na capital e no município onde se encontra a unidade de manejo (ex.: Madenorte⁹ e as audiências públicas realizadas em Belém e Porto de Moz, com a população desmobilizada);
- os processos certificam *áreas* e não empresas (“as certificadas numa área podem estar ‘descendo a lenha’ em outra”): contradição dentro dos princípios do FSC;
- certificação favorece a indústria de consultoria enquanto processo ‘técnico’ e não educativo;

⁸ Referência a informações contidas no relatório da Greenpeace sobre as condições de trabalho na Mil Madeireira e na Gethal: antes da certificação, os casos de acidentes do trabalho chegavam a centenas e hoje está na casa de dezenas por ano.

⁹ Empresa historicamente considerada uma das mais complicadas na exploração madeireira na região de Marajó.

- a consulta aos 'interessados' (*stakeholders*) não é um mecanismo eficiente.

b) **manejo comunitário** (inclusive o caso 'híbrido' do Projeto Xikrin: em comunidade indígena com terceirização empresarial da exploração):

- ex. Acre: distância existente entre uma sociedade formada por engenheiros, técnicos, etc., uma ONG e uma associação comunitária que está começando um manejo florestal, que ainda não conhece o processo. Abriu-se um mercado diferenciado, com interesse na madeira certificada, não-local (principalmente SP), que tem exigências com relação aos pedidos e à *qualidade do produto*. MAS a certificação tinha um 'pacote', uma exigência do ponto de vista ambiental do sistema de manejo - e não do ponto de vista da qualidade do produto. No Acre atualmente há quatro comunidades certificadas (tendência ao crescimento);

- *ponto de vista operacional*: a inexperiência dos auditores - ponto que deve ser discutido e questionado: "o pessoal chega [na comunidade] com uma postura de 'fiscal' e não de 'contribuinte' naquele processo, apontando diversos defeitos e ninguém apresenta um plano de manejo sob sua responsabilidade, aprovado e executado, implantado;

- *ponto de vista econômico*: segundo o pessoal do FSC, "a certificação não tem custo", "o custo é compensado pela vantagem que se adquire no mercado" MAS se não houver um apoio externo para a comunidade amortizar o custo, a produção é imediatamente inviabilizada; pode ser custo a mais para um produto que está vendendo bem;

- o manejo de madeira surge com o rótulo de "manejo múltiplo"- muitas comunidades não estão preparadas (manejo, certificação, empresa para exploração). É preciso valorizar e certificar outros produtos não madeireiros (açai, andiroba, por exemplo);

- o trabalhador extrativista torna-se "manejador" sem que os *aspectos culturais* sejam considerados;

- as comunidades tradicionais perguntam: "será que a gente quer isso?" (as prioridades são outras: questão da terra é a principal. Gurupá/PA, por ex., que tem três andares de documentação de terras);

- falta um retorno desse processo, da 'quota' para a comunidade que encontrou a idéia, junto com as instituições de apoio (retorno ainda não chegou). Vai depender muito do mercado e da capacidade operacional das comunidades atenderem àquelas questões que vão além da certificação, que são preço, prazo, praça e qualidade - e que a certificação não garante.

- proposta ao FSC: certificação de *sistemas de manejo agroflorestal comunitário*: as comunidades poderiam plantar árvores junto com seus cultivos, o gado, etc., o que poderia gerar uma quantidade de madeira, também 'tradicionalmente'. MAS a questão é que a madeira hoje não é produzida para as comunidades locais nem para o consumo local, mas para *exportação* - madeira, celulose, papel e produtos para siderurgia.

2. Certificação das **plantações de árvores** (monoculturas):

- situação ^{ref.} no norte de MG ("Não há área nas plantações de eucalipto que não tenha causado impactos sociais e ambientais (...) E o que aconteceu com as *áreas de uso comum das populações tradicionais*? por ex. diante dos milhares de hectares da V&M Florestas certificados na bacia do Riachão?");

- trabalhadores pouco inteirados, distantes desse debate, com poucas informações.¹⁰ A visita de representantes da certificadora SGS à empresa Plantar (Curvelo/MG) trouxe algumas questões em relação ao processo:

¹⁰ Ao norte de Minas Gerais, a primeira informação que os trabalhadores tiveram sobre o FSC foi há seis anos, quando estava começando a sua constituição no Brasil; o CAA (Montes Claros) teve interesse, tentou acompanhar mas só conseguiu quando, há dois anos, uma equipe de pesquisadores da Rede Deserto Verde esteve lá.

→ postura de que a certificação era algo dado - o máximo seria explicitar questões/condicionantes - ou seja, o princípio da precaução não é considerado;

→ acentuou a 'desterritorialização' das populações (parceiros, arrendatários), sem o pagamento de indenizações justas: "os moradores que usavam aquelas áreas nem sabiam que as terras onde estavam trabalhando tinham sido 'vendidas' para uma empresa, que ficava 'enrolando' junto com as certificadoras" - problema no caso da Plantar/MG e de outros casos (Mil e Gethal na Amazônia, por exemplo): adiando as questões sociais para o futuro. *Tratam-se de conflitos sobre o uso da terra e não sobre a posse da terra;*

→ no relatório de certificação, a certificadora trabalha muito superficialmente a questão da *finalidade da certificação* - ex. Plantar começou produzindo carvão para churrasco, agora a maior parte de sua produção é para siderurgia. Hoje, o principal objetivo da sua certificação é porque o Banco Mundial exige que haja certificação do FSC para aprovar o projeto da Plantar de venda de crédito de carbono. A empresa usa o FSC para poder vender os créditos de carbono. MAS será que o FSC permite isso?

- o representante do STR de Bocaiúva/MG relatou aspectos do processo envolvendo a empresa Plantar (só ativada em Curvelo) e cuja certificação tinha 5 anos de prazo de vencimento. Numa primeira vez em que foram convidados a participar da audiência pública (pela SGS), afirmou não ter visto seriedade na metodologia nem no trabalho de campo: a empresa só mostra o que quer, já que tem comércio garantido (ou seja, independentemente da certificação); a empresa que está sendo certificada conduz o processo e para os moradores locais, a certificação está "só no papel" - na prática é diferente. Em relação à V&M Florestas (MG), "todo o serviço é terceirizado e a situação dos trabalhadores é muito precária: para eles não há muito interesse nem muito valor na certificação".

3. As certificadoras

• só podem avaliar o que os órgãos públicos fornecem como documentos ("quando uma empresa faz alguns 'negócios' com o IBAMA, ninguém vai perceber, porque eles [auditores] têm 3 ou 4 dias para olhar, não vão conseguir controlar as atividades ilegais das empresas");

• SGS e SCS (as duas maiores certificadoras, internacionais) dependem desse mercado, é uma questão de sobrevivência - ou certifica ou como é que vai se reproduzir ?

• o estudo realizado pela WRM&FASE (2003) sobre a Plantar e a V&M Florestas ressaltou a ausência da consulta às comunidades locais e a existência de inúmeros problemas com a certificadora: composição da equipe, não percepção das muitas questões, visão de 'ciência moderna' sobre a problemática, visão simplificada da realidade;

• três exemplos de processos que não foram adiante ilustram como a certificação pode ser um *instrumento eficaz na disputa política*: trata-se, no caso da Amazônia, em que não há acordo sobre certificar plantações,¹¹ do ponto de vista das florestas naturais, sabe-se de um caso que tentou duas vezes e não foi certificado (Samal, de Oriximiná/PA, que tem uma disputa forte com a Associação de Remanescentes de Quilombos de Oriximiná /ARQMO) e os casos Madenorte (Porto de Moz/PA) e Maracá (abordado pelo Greenpeace).

Controvérsias

• questões do modelo e processo para as áreas de plantações de árvores (certa tensão): por um lado, alguns salientam como aspecto importante que se avizinha na política de governo (hipótese de que o incentivo à certificação vai 'frear' o desmatamento, a expansão da soja); por outro lado, surge a preocupação com o fato de anunciar essa possibilidade como também um fator que estimula a maior presença das empresas (expansão), em detrimento de uma política que fortaleça mais a possibilidade do *manejo comunitário*;

¹¹ Não só no sul mas no caso do trabalho em Açailândia/MA, para onde a produção de ferro-gusa no Brasil está se deslocando e ampliando cada vez mais a produção de carvão em grandes plantações.

- FSC nunca disse que “plantação é floresta” (visão equivocada que se repete: tanto no Princípio 10 como em nenhum documento do FSC Internacional é dito que ‘plantação florestal’ é floresta);
- participação: várias entidades que estiveram na construção do FSC-Brasil não divulgaram *para dentro das suas entidades da forma como deveriam* para que a idéia se difundisse (o que é o FSC, *como é* o processo) - isso não foi feito nos três anos de construção. A questão é **COMO** se faz essa participação (tarefa mais difícil) e quais os passos para que se mobilize efetivamente os grupos sociais para conhecer a certificação, para que possam se qualificar para fazer denúncias e então disputar no Conselho Diretor do FSC (tanto lá fora quanto aqui) com os interesses empresariais (qual é a escala, qual é a forma de certificação que deve entrar);
- discussão em torno da *simplificação dos processos*, possibilitando acesso mais amplo.

14 Recomendações

Certificação

- *Como* introduzir a perspectiva de exigência de regulação de políticas públicas para evitar a ‘indústria da certificação’? - necessário debater a questão (presente no MMA) de certificação como elemento-chave para financiamento BNDES / linha especial BASA (também para as Florestas Nacionais);
- **GTNA**: disputar politicamente a certificação em florestas naturais. Em casos exemplares: impor derrota às certificadoras, tirar o dividendo político dessa derrota (exs. na Amazônia: casos da Maracáí, que perdeu a certificação; Madenorte: processo não foi adiante e Cikel: área sob pretensão – está “sob observação” dos movimentos sociais);
- necessidade de informação prévia qualificada + mobilização social (exemplos das três empresas na Amazônia que acabaram não se certificando, em razão da soma desses fatores: informação, difusão por parte das entidades de assessoria aos movimentos + possibilidade de se interferir nesses processos);
- necessidade de *tratamento diferenciado*: certificação não serve para todos indistintamente (empresas, índios, camponeses) – “as comunidades só vão entender o que é certificação no momento em que o manejo florestal realmente der viabilidade econômica que ele preconiza”;
- *monoculturas não podem ser certificadas* - menos ainda ao nível de *unidade* de manejo florestal;
- certificação deveria ser um *instrumento de regulação pública*. As certificadoras prestam contas para quem? só os ‘especialistas’ acompanham os resumos públicos.

Participação no FSC

- sem condições de efetivar realmente um controle social, de se ter um processo direcionado;
- articulação com Ongs: auditor tem 4 dias para participar (com equipe de 4 pessoas), mas pode contar com recursos de informações prévias sobre o histórico das empresas junto aos órgãos oficiais;
- reforçar a articulação: papel das grandes Ongs da Amazônia (CUT, GTA, FASE, etc.).

Desdobramentos da ações (indicativos)

- face à “dívida ecológica”, seria necessário estender certificação às plantações mistas, às iniciativas que promovam o aumento da biodiversidade nas plantações e ao manejo florestal em áreas já degradadas;

- estar fora e dentro do FSC: depende de informação qualificada que permita às comunidades se auto-determinarem (auto-determinação é uma questão cultural, histórica, etc.). Exemplo: auto-certificação comunitária (como na agricultura) - i.e. outros caminhos possíveis que são importantes explorar para avançar;
- admitindo que FSC seja instrumento de pressão política em cima dos interesses empresariais e que pode servir às comunidades, verificar se dá condições de:
 - monitorar os certificadoras;
 - forçar as empresas a mudar seu relacionamento com as comunidades extrativistas/camponesas;
- necessidade de INFORMAÇÃO: o que é, o que significa o FSC para chegar à questão da moratória, revisão do Princípio 10 e 'não à monocultura'; introduzir mais a discussão junto às bases, reunindo agentes florestais, Câmara Social do FSC, etc. com movimentos e organizações populares.

PAINEL II

MDL e CRÉDITO DE CARBONO – Posições a favor e contra na visão dos vários segmentos

Rubens Born (Vitae Civilis) enfatizou a apresentação de *elementos para discussão sobre o tema*, permitindo o posicionamento das entidades/representações. Na introdução, ressaltou a necessidade de contextualizar o debate de florestas e MDL para entender quais as implicações / problemas (a idéia do MDL surgiu no marco geral da Convenção de Clima [CC] e do Protocolo de Kyoto [PK]).

Numa primeira parte, o expositor traçou os *marcos conceituais* e as distintas *perspectivas* para analisar a questão de florestas e MDL:

1. Perspectiva *ecológico-ambiental* (cf. carta-convite da FASE): florestas primárias ou plantações – i.e. atividade florestal/vegetal como possibilidade de captura e fixação de carbono e biomassa. Deste ponto de vista é inegável que tem um aspecto positivo em função da gravidade do problema do aquecimento global do planeta e mudança de clima. O grande desafio é que *não é meramente uma questão ambiental* – quer-se equacionar com a possibilidade ou não de inclusão de qualquer tipo de “atividade vegetal” (captura de carbono) dentro do PK.

Segundo as pessoas que conhecem os diferentes modelos e cenários da mudança de clima, mesmo se nós conseguíssemos realizar no curto prazo as reduções que cientistas já defendiam há pelo menos 13 anos (ou seja, reduções de 60% das emissões de CO₂, 20% de metano e níveis variados de gases da série de clorocarbonos), como esses gases têm um tempo médio de vida na atmosfera, mesmo assim nós teríamos que nos valer, eventualmente, da captura de carbono para evitar que daqui a algumas décadas o aumento da temperatura média do planeta vai ser de 2 graus Celsius. Segundo o PCC, o Painel de Mudanças de Clima, a temperatura vai aumentar em torno de menos de 1 grau, eventualmente chegando até quase 5 graus, talvez antes do final do século. Isto tem impactos ambientais enormes do ponto de vista da biodiversidade, da sobrevivência de populações que hoje vivem com as florestas.

O modelo que estava sendo apresentado em Milão pelo cientista Carlos Nobre (INPE) mostrou que caso nada seja feito, caso esse aquecimento do planeta ocorra, vai haver a *savanização* de boa parte do bioma amazônico (a floresta amazônica estaria reduzida parece que a menos de 50% da área atual - isso sem desmatamento, só com a mudança de clima. Então a perspectiva ambiental indica que capturar carbono pode ser “bom para o planeta” até do ponto de vista de segurança alimentar, direitos de populações que vivem das suas culturas, etc. Mas o problema não é meramente sócio-ambiental, é *político-econômico*.

2. Perspectiva *política* do aspecto de mudança de clima e aquecimento do planeta.

3. Perspectiva *econômica* (vai inter-relacionar as duas perspectivas anteriores) vem da seguinte questão: *quem vai pagar a conta de remediar o planeta do ponto de vista de mudança de clima e aquecimento? É possível reverter esse problema?* Obviamente cada um quer empurrar para o outro essa conta e, portanto, o problema *econômico* passa a ser um problema *político*.

Estas perspectivas podem ser analisadas tanto *dentro* da CC e *dentro* do “regime de clima” (Protocolo) ou *fora*. Se o PK não entrar em vigor (há toda uma série de esforços, até mercado), estas questões - tanto a política, a econômica (quem paga a conta, quem vai fazer o quê) como a do desafio ambiental (de fato vai reverter o aquecimento do planeta) – estão subjacentes às alternativas *dentro* ou *fora* do “regime de clima”. E se for *fora* do “regime de clima”, como ficaria: vai ser como os EUA detêm para outras áreas, bilateral? Mesmo na questão comercial: FSC não funciona, vamos fazer acordos bilaterais? quem pode controlar esses acordos ? qual é a regulação pública? qual é o controle social que se pode ter?

Estas são diferentes maneiras de um primeiro olhar sobre a questão e dependendo da ênfase - mais a perspectiva política, econômica ou ambiental - pode-se chegar a conclusões diferentes e eventualmente antagônicas.

Ainda quanto aos *marcos conceituais*, o expositor ressaltou que :

- as plantações monoespecíficas não são ‘florestas’ – este é um consenso: plantações de árvores é diferente de floresta plantada (ex. floresta da Tijuca). Isso é muito importante porque na linguagem do dia a dia, muitas vezes se usa uma expressão “reflorestamento” com sentido distinto do verbete que está no [Dicionário] Aurélio (ed. 98-99): “recuperar florestas em áreas onde elas não existiam”, conceito que é distinto de plantio monoespecífico. Seja na mídia, seja no debate comum, e eventualmente no debate do “regime de clima”, associa-se reflorestamento a plantio monoespecífico e em função da confusão (que não é ingênua nem acidental) vêm as posições que eventualmente são antagônicas, gerando por isso complicações entre organizações socioambientais, movimentos sociais, etc.;

- qualidade da *atmosfera*, que é considerado um bem da humanidade, bem do uso comum, não tem dono (como a Antártica) e estamos assistindo a negociações internacionais que indireta ou diretamente permitem fazer a distribuição, a alocação de “quotas de contaminação da atmosfera”. É uma maneira de ver o problema – nem todos concordam. Portanto, no fundo há algo que não é um bem global que está sendo fragmentado, fatiado para que cada país se sinta *dono* de parte disso e controlar *parte* da sua contribuição para a qualidade daquele bem global. Isso tem implicações políticas. A Vitae Civilis participa da Rede Mundial de Ongs e Mudança de Clima (CAN) - e tem ongs que têm uma visão um pouco diferente – onde está cada vez mais clara a implicação de pensar em critérios *per capita*, isto é, partindo do princípio que todo cidadão, todo ser humano neste planeta tem direito à *mesma quota de atmosfera limpa*, no sentido de garantir a sua sobrevivência. Mas isso tem implicações políticas e éticas.

4. Uma última perspectiva (pode parecer a linha divisória entre pragmatistas e ‘fundamentalistas’) é a implicação temporal de buscar uma solução para todas essas questões: pelos princípios da precaução e da prevenção urge tomar *ações efetivas* para reverter/ mitigar os efeitos de mudança de clima devido à questão do CO₂, o gás carbônico emitido hoje que vai continuar aquecendo o planeta pelos próximos 100 anos (o metano fica um pouco menos que isso). Então urge tomar medidas de diminuição *absoluta* das emissões por causa desse efeito de permanência na atmosfera. E por isso capturar carbono que já está na atmosfera tem um sentido ambiental e se poderia fazer isso em qualquer parte do planeta.

Este mesmo argumento ou esse reconhecimento do efeito ambiental que é utilizado por defensores de inclusão de todos os tipos de sumidouros, por MDL, dizendo “já que é urgente, já que funciona”, vamos ver quais as implicações.

A - Para chegar à discussão do chamado MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o art. 12 do PK), é necessário entrar no “regime de clima”. A CC começou a ser negociada em novembro de 1990 em Genebra (até a Rio-92) - e já havia uma divisão que vem marcando esses 13 anos de negociações e vai marcar os próximos anos – que é a divisão entre *fontes* e *sumidouros*. Por onde eu resolvo o problema da febre do planeta? Temperatura aumentando, paciente está febril: ou ponho uma compressa de água fria e faço diminuir os *sintomas* (estou fazendo uma analogia) – capturar carbono não é diminuir sintoma, mas é trabalhar numa parte da doença que é o *excesso da concentração* - ou tento trabalhar na *causa*, que é a emissão de gases para a atmosfera.

Fontes e sumidouros é o que perpassou esses anos todos de negociação e tem dividido países, empresas, ongs, movimentos sociais, etc. Dentre as razões, tentar empurrar a solução do problema para terceiros (“quem paga a conta?”). Esta é uma linha de clivagem muito importante de ser compreendida.

B- A outra linha de clivagem (as duas se misturam no PK – é importante compreender isto): *políticas públicas* com um Estado eficiente e firme, uma *abordagem de controle ou linha de clivagem e comando na outra ponta* - é deixar o mercado encontrar as suas vias e meios de ajudar a solucionar o problema. A CC começou a ser votada em 1990-91, momento em que vivemos a expansão do neo-liberalismo, a globalização, o questionamento do papel central dos estados-nacionais e uma advocacia por atores fortes: flexibilização e instrumentos de mercado.

É muito importante entender a existência destas duas linhas de clivagens e todo momento que alguns atores defendiam *políticas públicas*, controle/comando fortes para controlar *fontes* outros defendiam *mecanismos de mercado*: que entre fontes e sumidouros houvesse um mercado igual que encontrasse seu ponto de equilíbrio.

Embora a Convenção fale nos princípios da prevenção, da precaução e da responsabilidade comum e diferenciada de todos os países, isso é o importante porque se reconhece que os países industrializados têm uma parcela maior do problema e, portanto, das soluções. E aí houve uma convergência de posições, por motivações diferentes entre países em desenvolvimento e ongs, sindicatos, movimentos sociais e indígenas. Enquanto ambos – governos e sociedade civil – defenderam a posição de que os países industrializados tinham que começar a assumir maiores responsabilidades, muitas vezes a lógica, a justificativa, a motivação era diferente. Os países em desenvolvimento estão querendo ‘empurrar a situação com a barriga’ para não fazer nada, enquanto os movimentos sociais se mobilizam querendo de fato que aqueles que têm maior responsabilidade assumam princípios de equidade, de responsabilidade como parte das soluções. É bom não confundir posições que aparentemente são similares, mas são justificadas por perspectivas completamente distintas.

O PK, fechado em 1997, resultou de um impasse: a Convenção entrou em vigor em 1994, por pressão do governo dos EUA e seus aliados. Em 92 ficou previsto que, na primeira rodada, ia se discutir a adequação dos compromissos (porque a idéia dos EUA e seus aliados é falar: “Não! esses compromissos são muito avançados – eu assino uma Convenção de Clima desde que na primeira reunião oficial eu possa *rever* a adequação desses compromissos”). EUA, Canadá, Austrália chegaram em 95 querendo discutir “adequação”, dizendo que os compromissos estavam muito além do que era necessário, inclusive levantando dúvidas científicas (ainda em 1995). E os “países insulares” – atores do regime internacional, dos países que são absolutamente *fracos* (ator fraco não

conta) – bancaram uma proposta de Protocolo que teve ajuda de ongs (Greenpeace, etc.), propondo a redução de 20% absoluto das emissões (“absoluto” é reduzir mesmo as emissões!).

Isso gerou um constrangimento político e como resultado, para sair do impasse, eles tiveram que negociar o Protocolo – que ao longo da sua negociação também foi sendo esvaziado por uma certa “chantagem”: como os EUA respondem por 20-25 % das emissões, então queriam que os EUA participassem do processo, senão iam “pegar carona”, ou seja, os outros iam fazer o trabalho, os EUA iam pagar uma parte da conta. Então a lógica era poder incluir os EUA. E foi-se aceitando argumentos que se colocavam: um deles era exatamente de introduzir “mecanismos de flexibilização”, i.e. mecanismos de mercado que não deixam posicionado somente comando e controle, somente centrado nos Estados. E por conta disso, o PK tem três mecanismos chamados de mercado ou de flexibilização:

1. implementação conjunta (vale só entre países industrializados do norte);
2. troca comercial de certificados de redução de emissões (também só valem em países industrializados);
3. transformou-se uma proposta brasileira - que era o “fundo de desenvolvimento limpo”, para o qual seriam canalizadas as multas eventualmente pagas pelos países que não cumprissem as suas metas de redução. Foi retirado o caráter punitivo, de sanção e isso foi transformado no MDL, como mecanismo que é voluntário, entre países em desenvolvimento e países industrializados.

Algumas posições para poder entender quais são as condições de contorno, as regras para a questão de florestas:

1. o artigo 12 do PK: MDL envolve uma *atividade em países em desenvolvimento* que pode ser implantação de uma usina de energia eólica, plantio de árvores, uma floresta plantada (reflorestamento), pode ser instalação de energia fotovoltaica em residências, mas tem que ser *coisas novas*, que não seriam feitas se não houvesse o PK e nem MDL. Tem *adicionalidade* - tem que ser novo;
2. tem que ser “desenvolvimento sustentável” – há *n* conceitos do que seja “sustentabilidade” – questão mais preocupante porque todos nós sabemos que houve apropriação da construção básica, inicial e ela é interpretada de diferentes maneiras;
3. uma outra justificativa para ter esses mecanismos de flexibilização vem de uma idéia oriunda da Rio-92 (que muitas vezes é confundida com instrumento de mercado), que é o debate que a economia coloca da “dívida ecológica” em que muitos movimentos populares, ongs, sindicatos se engajaram. A idéia é de que a “dívida ecológica” faz essa relação ambiental dos impactos sociais porque os impactos sócio-ambientais têm seus custos externalizados: o empreendedor tem que se responsabilizar.

C - Numa 3.a clivagem que diferencia a questão de formas de controle e instrumentos de caráter econômico para internalizar os custos externos, seria possível ter o **enfoque sócio-ambiental** - “quais os custos de fato de exclusão social, de degradação ambiental e como eles podem ser apropriados e como eu posso atribuir o ‘custo’ a quem está causando?” - para lidar *como* os instrumentos de caráter econômico (que são vários: tributação, instrumentos de mercado, penalidades, etc.).

Segundo o PK, a efetividade dos resultados estaria em *prevenir ou reverter a questão – qual esforço custa menos?* A posição dos EUA, Canadá e Finlândia é pela flexibilização. Na questão de reflorestamento e “aflorestamento” (colocar florestas onde não havia), como colocar parâmetros? O MDL, enquanto instrumento de ações voluntárias, bilaterais, não deve ser usado como instrumento de política pública, mas é necessário que haja transparência nas informações sobre projetos MDL (avaliação de impactos sócio-ambientais): os projetos de captura de carbono/MDL trazem benefícios à biodiversidade, benefícios sociais?

No debate do PK, em vez de adotar o enfoque mais sócio-ambiental, onde a preocupação é com a efetividade dos resultados do instrumento - no caso MDL, penalização por multas, comércio, troca -, é prevenir ou reverter a mudança de clima? e, portanto, tentar dar um quadro planetário melhor, que tenha segurança. O objetivo da Convenção fala em *segurança alimentar*, só que não dá um *parâmetro palpável* para a gente avaliar a situação chegando perto do objetivo. Mas qualquer efetividade tem esses resultados de acordo com o enfoque sócio-ambiental.

Mas o enfoque que se adotou (no Protocolo) é o *enfoque mercantilista*, onde a preocupação não é a efetividade tanto dos resultados, mas a *economicidade dos esforços* (“qual o esforço que custa menos?”), o que é bem diferente de falar *se o resultado vai ser efetivo ou não*. E por isso que se defendeu e que se aceitou (por pressão também dos EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia) os tais instrumentos de flexibilização.

Então a inclusão de atividades captadoras de carbono, para quem acompanhou este processo, já estava desenhada desde 1991. De 94 até 97, bastava acompanhar não com muita frequência, mas com uma certa regularidade, dava para perceber que a CC e o Protocolo, viu que a coisa tem *entraves* Como é que alguns atores se posicionaram? A própria Rede Mundial de Ongs para a questão de clima inicialmente se posicionou *contra* a inclusão de qualquer tipo de sumidouro nos mecanismos de flexibilização. Isto muitas vezes, no Brasil, foi interpretado como se apoiássemos aquela posição tácita (ou tática) que, conforme o curso da negociação, se adota para efeito de transformá-la em algumas posições – como se nós fôssemos contra a floresta. Não queríamos que as florestas ou qualquer plantio de árvores desviassem a atenção da *redução necessária e urgente de emissões ligadas ao efeito estufa*. Isto tem ficado pouco claro e a coisa acabou entrando já no Protocolo e nas reuniões subsequentes e essa COP tinha meramente o papel de definir *como* que isso ia entrar – e não *o quê* iria entrar (reflorestamento e aflorestamento já estavam definidos há alguns anos). E já tinha ficado definido que florestas naturais, primárias, *não* entrariam dentro do MDL para poder contabilizar, ou seja, a proteção de florestas ou o “desmatamento evitado” - como o IPAM e outros grupos estão defendendo no Brasil – não entrariam. Isso estava definido (mesmo quando o IPAM apresentou a idéia pela primeira vez na COP de Haia, em 2000). Então se concordamos ou não com isso é outra questão: mas essa é a realidade das negociações.

Quanto a reflorestamento e ‘aflorestamento’ - termo que na versão do [Dicionário] Aurélio não existe, mas que segundo o pessoal que conceituou é “colocar florestas onde não havia floresta” – isso então criou confusão. E plantio de árvores, ainda mais monoculturas – onde isso entra? Isso entra porque os setores econômicos que fazem monocultivo (seja papel, celulose, madeira) têm interesse em fazer o reverso daquilo que a ECO-92 preconizou (de externalidades e internalidades, de externalizar *custos* e de eventualmente ter financiamento a fundo perdido para fazer suas próprias atividades). E aí vêm perguntas, como por exemplo, se a Aracruz Celulose, vamos supor que ela tivesse passivo sócio-ambiental e falasse: “bem, aumentou o consumo de papel e celulose (que a gente acha que tem que diminuir), tenho que ampliar a produção, então tem que ampliar o cultivo”. Vale para o MDL? a questão é: isso é adicional ou não? Na minha interpretação pessoal do artigo 12 *não é adicional*, porque aconteceria mesmo na ausência do Protocolo. Nos termos do que foi aprovado lá em Milão é adicional, porque “adicionalidade” deixou de ser o conceito original e passou a ser só uma conta matemática de soma de carbono. Então, dando um exemplo, vê-se que aconteceram coisas que a gente vinha esperando no processo há algum tempo.

Concluindo, há uma série de questões que são aparentemente detalhes, mas que são muito importantes, porque todo esforço (pelo menos a gente tem acompanhado na Rede de Ongs Mundial (CAN) também do GT Clima do Fórum Brasileiro, criado em 92) é de tentar *usar* a Convenção, o

Protocolo e eventualmente o MDL no mesmo sentido colocado anteriormente: como uma janela para *buscar controle social, de regulação pública*.

E ao se tentar colocar *parâmetros*, esse é o esforço de estarmos aqui: primeiro é o mercado que tem poder excessivo e o *uso da maneira perversa de instrumentos que deviam estar servindo como instrumentos de política pública* – é o instrumento que traz possibilidade de ações voluntárias bilaterais entre uma empresa no país industrializado e algum outro executor de projeto para o desenvolvimento. O papel dos governos se limita a analisar a documentação do projeto, dizer se está conforme com a legislação nacional e enviar isso para o Conselho Internacional de MDL. *Os governos não sabem usar o MDL como instrumento de política pública*.

Posições de ongs:

GT Clima do Fórum Brasileiro tem esse documento de 2002, onde eles não só defendem que a possibilidade de se buscar, evoluir, tentar encontrar um mecanismo para ajudar a reequacionar, não só ao nível de debate, mas *reequacionar efetivamente a questão florestal e o desmatamento*, mesmo não sendo instrumento central e importante, mas do ponto de vista institucional, *a idéia é de trazer a questão do clima para um debate mais geral*. Quando ocorreu esse debate da mudança do Código Florestal aqui no Congresso Nacional, no CONAMA ou mesmo entre as ongs, era sempre o debate para reduzir a reserva florestal na Amazônia de 80% para 50% - nunca vi alguém num debate público fazer a conta “quanto que isso significa de carbono e qual a contribuição que eu dei?”. Então nós temos que incorporar a questão de mudança de clima e a questão de cálculo de carbono nos debates sobre mudança de Código Florestal.

Quer dizer, V. tem o dado básico, mas no sentido positivo da palavra, que contará na CC, no debate de políticas públicas, específicas de florestas. Em relação a isso - não aceitar a validade de crédito de carbono para a captura de carbono e plantio de árvores - em abril de 2002, antes da divulgação do relatório sobre a Plantar, houve um debate no GT Clima onde se tratou da possibilidade de plantio de árvores para substituição de carvão mineral, carvão de floresta natural por carvão plantado, como *instrumentos de mudança energética*.

Nós do **Vitae Civilis** temos defendido que a gente pode ter uma *política* nacional de mudança de clima, que isso seja incorporado dentro do SISNAMA (via o CONAMA), mas que não fique restrito ao SISNAMA: o MME tem que rever as suas políticas de termelétricas e outras coisas em função da mudança do clima, o MMA tem que pensar que não adianta pensar na “questão florestal”, de transporte, etc. e começar a rasgar avenidas na Amazônia!

No **Climate Action Network (CAN)** há um documento mais extenso com as posições que a gente estava defendendo lá em Milão: a idéia de que nós temos que ter *transparência nas informações de projetos de MDL*. Já que não está em vigor, não é questão de ser contra ou a favor: se a gente não estiver por dentro, a gente não sabe do que está falando, especialmente na questão de impactos sócio-ambientais. Nós questionamos muito que o governo brasileiro teve uma posição diferente da necessidade de ter um *padrão internacional* com as informações de impactos sócio-ambientais dos projetos MDL – que não foi aceito, foi deixado de lado o tal Apêndice. Mas então dizendo que os países, de acordo com sua legislação (se tiverem) vão exigir, se necessário, *dos projetos MDL, informações sobre os impactos sócio-ambientais*, se eles forem significativos:

- projetos de captura de carbono têm que ter o aspecto de benefícios sociais e benefícios para a biodiversidade - e ao colocar isso já se poderia questionar a questão dos *plantios*;
- por questão de data, ficou aprovada a proposta que só valerão projetos de MDL de reflorestamento para áreas onde houve floresta e elas teriam sido suprimidas (desmatadas);

- quanto à questão da adicionalidade, em todo caso, as ongs também defendem que só poderia se aceitar projetos de captura de carbono/MDL de fato se fossem *adicionais*, ou seja, se na ausência do Protocolo eles não aconteceriam.

Florestas e MDL têm as questões que derivam da perspectiva política de análise do regime [de clima], da *perspectiva conceitual de florestas* e plantio de árvores, da opção política de querer se engajar ou não em instrumentos de caráter econômico e de *engajar esses instrumentos (de caráter econômico) em políticas públicas* – então, *nós vamos ter políticas só como “instrumentos administrativos” de controle, instrumentos gerenciais ou vamos incorporar instrumentos de caráter econômico em termos de mercado e políticas públicas?*

E a questão que deixo para debate é: *e se a Rússia não ratificar, se ‘não houver’ o PK, o que acontecerá?* Segundo alguns, vai acontecer o *mercado de carbono*, que tem o Banco Mundial vendo isso, tem gente achando que o tema ‘já pegou’ e, portanto, mesmo na ausência do Protocolo, haverá empresas, por questões de *marketing* ou de estratégia de fato *extra-marketing* vão querer estar associadas a boas práticas sócio-ambientais e, segundo essas pessoas, essas empresas estariam aptas a investir ou comprar projetos de MDL. Não sei se isso de fato vai acontecer, mas mesmo se acontecer, isso implica em controle social, em *controle público*. *E regulação pública não se faz somente em política pública, deve-se fazer sobre mercado.*

Quer dizer, o exemplo mais marcante do capitalismo, a Bolsa de Valores, para ter o mínimo de ‘ética’, ela tem o conjunto básico de regras: transparência para fazer o orçamento de ações e, lamentavelmente, a sociedade civil, os movimentos sociais não controlam a BV, não estão *observando*, não estão vigilantes. O ideal seria que a gente estivesse vigilante sobre o *mercado* também. O que eu tenho defendido é que a gente possa se articular enquanto movimento social, ambiental – mesmo não acreditando que os instrumentos de mercado vão resolver todos os nossos problemas – mas acho que precisam de controle social, controle público, sobre eles também.

Adriana Ramos (ISA) trouxe informações sobre a conjuntura política na qual se discute a questão das *plantações florestais no Brasil hoje* e apresentou uma *proposta alternativa* (mandato IPAM e ISA) aos MDL (apresentada em Milão) de *redução compensada*, ligada à questão da *redução do desmatamento*.

Plantações florestais - conjuntura política

Evidenciam-se *contradições* quanto às *políticas* para o setor de *plantações florestais no Brasil*: nos últimos anos, houve um grande fortalecimento desse setor como um interlocutor das políticas ambientais (com representação no MMA). Tiveram uma participação *ativa* nas discussões do Código Florestal - por isso temos, por exemplo, no CF hoje, o reconhecimento da possibilidade de recuperação de áreas de reserva legal utilizando *exóticas como indutoras do processo de regeneração* (por um *lobby* do setor de plantações). Ganharam espaço no CONAMA como representante da Sociedade Brasileira de Silvicultura - a princípio numa vaga da Confederação Nacional da Agricultura, ‘ganhando’ (após uma cisão) uma vaga específica de representação do selo florestal que é disputada internamente por esse pessoal da Amazônia, mas que vem tendo a hegemonia da participação da SBS. Uma participação *ativa* no desenho do Programa Nacional de Florestas (programa que veio do governo passado com mais de dez componentes previstos, mas que só teve efetivamente a implantação de um, relativo às plantações florestais) e como uma necessidade muito grande, até o ano passado, em distinguir a questão de *plantações e agricultura*. Quer dizer, o setor trabalhou com a perspectiva de se “cacifar” e se vender como uma atividade mais “ambiental” de floresta – e assim conseguir flexibilizações na legislação, benefícios nos programas,

nas políticas e uma capacidade maior dentro de uma área, *a área ambiental do governo, onde se tem grandes setores econômicos presentes.*

Foi com esse perfil que, de 2002 para 2003, vimos uma movimentação do setor florestal para tentar mudar de área, uma iniciativa que foi comentada pelo vice-presidente da República, - que *representa* um setor muito forte nessa área (PL - MG) - de tentar “puxar” a *regulamentação* e o *fomento florestal*: sair do MMA, deixar de ser visto como um “setor a ser regulado pela área ambiental” e ir para o Ministério da Agricultura. De acordo com a avaliação que fizemos no processo de discussão do GT Floresta no Fórum Brasileiro, isso estava relacionado ao fato de que a mudança no Ministério colocava o setor flagrantemente em desvantagem, sobretudo no que diz respeito à contraposição às políticas de manejo florestal na Amazônia. A ascensão dessa representação política na vice-presidência da República dava um certo “cacife”, houve essa iniciativa, que acabou sendo uma iniciativa pontual de tentar forçar o governo a fazer a mudança. O setor se organizou, foi ao presidente da República com uma pauta de demandas, que incluía desde a flexibilização da legislação florestal até o incentivo ao aumento dos plantios para 11 milhões de hectares no Brasil.

E houve uma reação muito grande por esse movimento que gerou uma contradição dentro do MMA e entre o próprio setor, porque:

1. esse movimento do setor de buscar flexibilização da legislação, ‘cacifando-se’ como um setor da área ambiental e ir na contramão dessa proposta de mudar para a Agricultura;
2. no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o setor seria extremamente minoritário, i.e., teria pouca relevância e por mais ‘cacife’ político que pudesse ter, não teria espaço para direcionar as políticas como vem tendo no MMA;
3. é uma parte do MMA que considera importante a permanência desse setor dentro do Ministério, com uma forte discussão sobre se o Ministério da Agricultura vai agir na área do fomento florestal ou não.

As mudanças no Ministério acentuaram muito essa divisão interna: numa reunião do GT Floresta no início de 2003, tivemos a participação de vários representantes do MMA, em movimentos diferentes e ficou flagrante para nós a divisão interna que havia entre um setor da área florestal com interesse em trabalhar com esse setor e valorizar a sua presença do PIB dentro da área “ambiental” e um outro setor com mais preocupação em termos de quais seriam as condições para esse aumento da área de plantações. Essa contradição e esse dilema dentro do MMA acabaram “congelando” um pouco essa situação, que não está resolvida, que se mantém suspensa, mas houve um refluxo do próprio setor que parou de efetivar esse *lobby* para sair da área ambiental do governo - e que agora está então no aguardo da configuração do que vai ser o *novo Programa Nacional de Florestas* para o qual nós estamos discutindo a indicação de representantes das ongs e da sociedade civil para a comissão coordenadora.

Alguns exemplos sobre essa questão da *flexibilização da legislação ambiental* ainda estão em discussão e são importantes da gente ter em mente. Uma questão que foi muito forte no ano passado foi a discussão da utilização de Áreas de Preservação Permanente (APP) com silvicultura: existe uma demanda do setor de silvicultura para *permitir* a exploração das APP que hoje estão ocupadas com o plantio de monoculturas - chegou a ser feita no CONAMA uma resolução para permitir essa exploração e a tramitação foi suspensa no início do ano numa estratégia de juntar com outras discussões sobre APP. Este é um debate que está em suspenso mas que vai vir e que demonstra que a gente tem essa dificuldade: a despeito de se ter uma legislação, existe uma demanda enorme do setor de fragilizar. Recentemente, na discussão do projeto de lei da Mata Atlântica também foi bastante curioso ver a representação do setor florestal fazendo *lobby* junto ao CNA *contra* o projeto de lei da Mata Atlântica.

Esses são apenas alguns dados para se ter em mente o fato de que *ainda vem uma discussão muito forte* sobre isso. A gente tem hoje o MMA *dividido* em relação ao que pretende para *política na área de plantações florestais* – há uma pressão muito grande de tratar as florestas plantadas como um potencial para diminuir a pressão sobre a exploração das florestas nativas. Esse é um argumento muito forte e não se tem ainda uma clareza de como é que o governo vai conseguir articular essa perspectiva. Com certeza, não é à toa que o Brasil também levou algumas das posições que foram decididas em Milão, em relação a questão de *prazo* – saíram daqui com o aval do governo brasileiro por conta desse *lobby* também e a gente tende a vir a ter mais problemas pela frente.

Com relação à questão das mudanças climáticas, da Convenção, na época da discussão do Código Florestal, discutir qualquer coisa que dissesse respeito a *carbono em florestas tropicais* era proibitivo – ninguém se arriscava a colocar essa questão em discussão. Tínhamos uma série de ‘falsos dilemas’, mas uma das questões – que ainda é central para uma boa parte das instituições que faziam esse debate de “por que não as florestas nativas no PK?” - era o fato de que a gente vislumbrava uma certa impossibilidade de ver o Brasil nesse debate, sem considerar o papel do país também como emissor, por conta dos desmatamentos. Se se imaginar que 25% das emissões globais vêm de desmatamento tropical no mundo inteiro, o Brasil pode ter um papel protagonista nessa discussão, se ele não reconhecer e não tentar tratar daquilo que lhe cabe nesse caso.

As emissões amazônicas, especialmente, equivalem à quase metade do volume que os outros países devem reduzir no primeiro período de compromisso - e seria interessante que a gente conseguisse introduzir esse debate na participação do Brasil na discussão das mudanças climáticas globais. No primeiro período de vigência do Protocolo, o Brasil não teve que se comprometer com isso, mas a perspectiva é que venha a ter que se comprometer em algum momento, ou pelo menos que isso pudesse servir já para nós aqui conseguirmos uma posição de governo que fosse mais *pró-ativa*, do ponto vista de diminuir o desmatamento na Amazônia.

A proposta do IPAM –ISA

Pensando nessa perspectiva, o IPAM elaborou uma proposta que foi levada agora a essa reunião de Milão, que é a proposta da ***redução compensada***. O IPAM vem trabalhando nessa discussão já há bastante tempo (a inserção do ISA é recente), proposta que vimos ajudando a divulgar e a trabalhar. Seria um mecanismo *de remuneração, para que os países tropicais possam diminuir o desmatamento e contribuir com a redução das emissões globais* (a gente chama, no senso comum, de uma *proposta para “manter a floresta de pé”*).

A compensação se daria a partir da redução do desmatamento - então não seria uma ‘previsão’ do que os países poderiam fazer, mas seria a partir de uma redução concretizada de desmatamento. Os países poderiam então emitir créditos para serem negociados no mercado internacional. Essas reduções seriam calculadas a partir de uma *linha de base* - que está proposta para se dar nos *níveis de 1990* de desmatamento - e, durante um período determinado, se se comprovar que o país conseguiu reduzir os desmatamentos em cima da linha de base, ele poderia então emitir *certificados, que poderiam ser negociados com outros governos ou com investidores privados*. Uma vantagem dessa proposta é *não beneficiar setores específicos*, é ser uma proposta que vai estar dentro de uma estratégia nacional, uma estratégia de governo. Não é um projeto que “joga” com a perspectiva de futuro, é o reconhecimento daquilo que já foi feito. Apenas *parte* desses certificados estariam disponíveis para compensar as emissões dos países industrializados já no período subsequente – então teria uma *parte* dos certificados que não seriam utilizados no período seguinte, de tal forma que se V. tivesse um benefício ambiental maior, V. não compensaria o que V. reduziu, pelo que os países estariam emitindo.

Há uma *vantagem comparativa do ponto de vista ambiental*, porque além da redução do desmatamento em si há proteção de biodiversidade, de recursos hídricos, um conjunto de outros *serviços ambientais* que poderiam estar sendo contemplados nessa proposta. A idéia é que se cria algum tipo de vantagem para os países que tenham iniciativas para reduzir o desmatamento, porque da forma como o mecanismo está, não existe essa vantagem. E de que esse caráter intergovernamental e global facilita a verificação da redução das emissões – estamos tratando exatamente com um tipo de levantamento que se tem, por *imagem de satélite do que é desmatado e do que não é desmatado*.

Toda discussão sobre essa proposta surge exatamente no *impasse* sobre a questão do *tipo de sumidouro*, do tipo de projeto que vai ser beneficiado no MDL. E uma das coisas que incomodava muito nas discussões com o IPAM (e com o ISA) era o fato de que populações tradicionais, especialmente na Amazônia, que em geral eram as mais responsáveis pela manutenção da floresta em pé, não tinham perspectiva de se beneficiar com o mercado de créditos de carbono. Então essa proposta visa trazer um benefício geral mas que, inevitavelmente, numa estratégia nacional, pode reverter em benefício dessas populações.¹²

Essa é uma questão que se *cruza* com uma série de iniciativas que se tem hoje no Brasil em relação à Amazônia porque já se conhece muito da dinâmica do desmatamento, do que o país vem *perdendo* em termos de biodiversidade e das suas contribuições para a questão das emissões. Então é possível inclusive prever *de que maneira se pode reverter esse quadro* em situações em que está muito evidente, como é o caso das *novas obras de infra-estrutura na Amazônia*: o PPA do governo estabelece como uma das prioridades para a Amazônia a *pavimentação da BR-163* (Cuiabá-Santarém). E estamos contribuindo para o processo de articulação dos movimentos sociais tanto no PA quanto no MT, no sentido de articular movimentos de sindicatos de trabalhadores rurais, associações de assentados e outros grupos para trazer as propostas para o processo de pavimentação.

Historicamente, sabe-se que os efeitos imediatos de desmatamento que a pavimentação de uma estrada pode trazer: esse projeto foi elaborado para beneficiar os produtores de soja (que já é um problema na região do cerrado que está crescendo na Amazônia, com severos impactos sociais e ambientais) e a idéia é fazer uma *agenda de participação dos movimentos sociais e da agricultura familiar* nesse processo, para que as iniciativas do governo de pavimentação da estrada não venham a beneficiar *apenas* os setores dos produtores de soja, mas também a *agricultura familiar*. E no processo de discussão de vários seminários que já aconteceram na região para a elaboração de propostas, é flagrante a capacidade que essas populações podem ter de diminuir o impacto que, historicamente, acontece com a pavimentação de uma estrada. Então já seria possível prever que tipo de iniciativa, de investimento teria que ser feito no eixo da BR para *diminuir o impacto previsto* do desmatamento nessa região.

Se o governo brasileiro conseguiu entender e levar adiante de fato o que parece que está sendo considerado que é a *iniciativa de fazer investimento nessa área*, de tal maneira que a ocupação da região não se dê de forma tão desordenada e que minimize esses impactos do desmatamento – este já poderia ser um exemplo de iniciativa a ser beneficiada com esse tipo de remuneração. Ou seja, *ter concretamente políticas que se adiantem* a um processo que, historicamente, já vem acontecendo, para mitigar esses impactos, beneficiando também as populações locais.

¹² A expositora informou que ainda não sabia como fora a receptividade da proposta de *redução compensada* em Milão, mas que o seu *processo de internalização será bastante longo*: “a idéia é de que se possa *começar a discutir isso agora* para ter, na medida do possível, alguma coisa similar implementada”.

DEBATE

- Proposta do IPAM / ISA (*redução compensada*) exclui empresas, mas MDL beneficia empresas;
- quanto à Comissão do Plano Nacional de Florestas (PNF):
 - participação das ongs seria legítima ?
 - composição definida genericamente com um decreto como ‘segmentos’ e ‘número de vagas’ (p/ cada segmento): representante da academia indicado pela SBPC, das ongs indicadas pelo Fórum Brasileiro, dos movimentos sociais indicados pelo GTA: são cerca de 30 membros, numa *composição paritária entre empresas, governos e não governo* (“difícil imaginar como vai ser a composição final, pois em vários dos segmentos, vai depender de quem for a pessoa indicada, muito mais do que a presença do segmento, e se vai ser um processo interno que pode *dar espaço* à legitimação, vai depender muito do *regimento* – espaço que tem que ocupar, que a gente tem que estar *presente* para fazer a discussão: entrar para brigar lá dentro: como efetivar controle social? (“voto vencido não significa legitimação”);
 - diretriz voltada para o “fomento florestal” (mercado).
- ProAmbiente: não se reduz a crédito – proposta de utilização desses mecanismos de *atribuição de valor aos serviços ambientais prestados pela “floresta em pé”* em comunidades da Amazônia – elementos dessa valoração e critérios para manutenção da floresta: movimentos sociais bem organizados para essa discussão (necessário aprofundar o debate).

Mercado de carbono

- vendas de quotas de carbono na BV/RJ? cálculo / mercantilização de tudo?! (atmosfera!) – (quanto custa a permanência do seringueiro na Amazônia?)
- necessário o controle social sobre os instrumentos de mercado = defesa da validade e eficiência de instrumentos de mercado. Por *questionar a efetividade*, a questão da equidade e o aspecto social que os instrumentos de mercado *não* vão conseguir equacionar;
- discussão de princípios éticos – dois tipos de carbono: combustíveis fósseis e “captura”: jogo entre países industrializados” X “em vias de desenvolvimento” MAS questão ética: sobrevivência da humanidade – questões políticas, pragmáticas;
- nova ofensiva do mercado das grandes empresas para sua dominação;
- esvaziamento do poder público nacional: transferência para poder das empresas privadas – necessário interiorizar o debate também internacionalmente;
- na Amazônia: *opção* de dois segmentos importantes para a *expansão de plantações*:
 - Associação Siderúrgica de Carajás (que reúne as pequenas guseiras que cada vez aumentam mais, deslocando-se de MG), de viabilizar plantações que até hoje não conseguiram através de crédito e
 - AIMEX: ao invés de fazer certificação de áreas de manejo florestal (possibilidade de coleta, recursos florestais não-madeireiros, comunidades locais), com esse mecanismo, madeireiros não têm incentivo, financiamento que viabilize a plantação, o reflorestamento – essa é a via dos madeireiros: investir em plantações na Amazônia e não em manejo florestal certificado

MDL

- não é importante na história do PK – disputa política, ocupação de espaço na mídia (X grande indústria petrolífera);
- como transformar em *política pública com controle social?* (anúncio site MCT de consulta pública de Resolução do governo para estipular as diretrizes para as empresas brasileiras ou

sediadas no país interessadas em vender crédito de carbono - já havia uma Resolução n.1 disponível – já há algumas medidas reguladoras para o crédito de carbono)

→ não é a solução do PK nem da CC;

• pode acelerar processos que já são sócio-ambientalmente destrutivos para muitos locais e regiões;

• reacende setor das reflorestadoras (MG e regiões do cerrado), que até há pouco tempo estava decadente (“deprimida economicamente”) - “lubrificante” muito poderoso;

• qualquer processo em curso demanda território e os impactos serão violentos;

• ‘farra’ (com esses recursos) para as empresas da área de eucalipto (“bons negócios”) – as agências multilaterais, ao mesmo tempo em que vão financiar projetos no sul de combustível fóssil, vêm em seguida com projetos de “limpeza” – o que significa isso?¹³

• monoculturas e “energias renováveis” (que entram em projetos de MDL), *monoculturas* ressuscitam latifúndios e oligarquias moribundas, falidas, devedoras (não é questão consensual entre ongs ambientalistas - lógica que parte do MMA considera importante trabalhar com setor de monoculturas e seu papel na produção de produtos florestais (seg. ISA, é uma questão delicada).

Posição MST

• *mudança climática e discussão florestal*: inserir-se ou não nesse debate? Necessário entender como se dá a “ofensiva do capital”: participar desse tipo de debate, dos ‘mecanismos de flexibilização’ ou dos ‘instrumentos de mercado’ seria pactuar com o processo do capital, que vai se estruturando de forma a passar a excluir ainda mais do processo produtivo – como tratar internamente ao movimento uma posição frente a essa dimensão ambiental, dentro desses instrumentos que estão colocados? Uns podem continuar poluindo e outros não: não seria uma nova divisão internacional do mundo? vamos proteger florestas porque os outros já destruíram e vão continuar desenvolvendo tecnologia de ponta e nós vamos continuar a produzir matéria-prima? Será que não nos vai ser “permitido” desenvolver outras matrizes, outras formas de ‘desenvolvimento’? COMO se inserir propondo uma nova lógica ?

• MDL: é possível ter controle social da produção ou dos processos por meio de instrumentos de mercado? É possível “mitigar” os impactos sobre o clima ou os impactos sócio-ambientais através de *instrumentos de mercado*? Isso iria funcionar? A gente já começa a lidar com formas alternativas, outras exigências: os instrumentos de mercado vão resolver nossos problemas?

- • *Certificação*: debate interno em relação ao processo de certificação ou não das *sementes*; dificuldades atuais de certificar os produtos agrícolas (“se for cumprir aqueles projetos, de ter que usar certificação, de ter que contratar não sei quem - com que recursos? - está além de nós!
• – ou nós vamos ter ‘mega-parceiros’ ou como é que as comunidades, os assentamentos vão ter acesso a isso? Como se dariam esses *processos*?”). Portanto, preocupação de certificar ou de participar do comércio com relação ao desenvolvimento parece *atípico* para o MST.

MST + Via Campesina: discussão dos latifúndios, exigindo a sua desapropriação (limite máximo), produtivos ou improdutivos: receio de que com essa lógica (questão de florestas e mercado de carbono), passariam a ser incorporados em função desse debate de mercado, como áreas *não compatíveis com a desapropriação*. “Sinuca de bico”: pode até utilizar mas dá a eles um novo argumento para não desapropriar áreas para reforma agrária.

- • *Mercado de carbono*: dificilmente o MST participaria - que política, que discussão para chegar ao controle do mercado de carbono no que interessa à sociedade? Quais os mecanismos para conseguir *transformar esses recursos do MDL em instrumentos de política pública*? *Dá para fazer isso? Interessa?* Polêmica em torno dos *cálculos / quantificação* no mercado de carbono: necessário ampliar a discussão pública (não só entre “especialistas”).

¹³ Cf. “O mercado de carbono: semeando mais problemas”, WRM, data?

Ref. ao documento do GT Clima (abril de 2002) distribuído no COP: polêmica gerada no interior do GT Clima – debate entrou devido ao estudo FASE/WRM sobre caso da Plantar e posição foi *não ao cultivo do MDL, não a projetos de plantio*, i.e. não ao crédito de carbono pela captura/seqüestro do carbono mas sim pela busca de combustível ou matéria-prima menos degradadora: substituir carvão de floresta nativa por carvão de plantações MAS via monocultura ou via sistemas agroflorestais? – necessário aprofundar a questão e ampliar o debate (questões estão inter-relacionadas (clima, energia, clima e água, clima e floresta, floresta e água, etc. – discutir o futuro do planeta e o “desenvolvimento” que vamos ter: “quem paga a conta das mudanças?”)

• Congresso aprovou o Proinfa de 2003-2006 relativo aos megawatts para energias novas renováveis: 1100 para PCHs, eólica, solar e biomassa – apesar de várias pressões pelo aumento do uso da biomassa, é necessário discutir bem o que isso significa: num primeiro momento, parece que é só melhorar um pouco a queima do bagaço de cana, o que logo vai extrapolar para novas demandas e novas prováveis monoculturas de cana, de madeira, etc. – necessário discutir sobre o que se quer concretamente não para daqui a 50 anos, mas para daqui a 5 anos (debate do GT Energia);

- PK e MDL implicam em mecanismos bilaterais (empreendimento no Brasil e empreendedor do outro lado).

Convenção do Clima [CC]

• “direitos de poluição” do norte e efeitos sobre o clima = “falha genética”;

• documento GT Clima (abril 2002, 3.o parágr.): os mecanismos de caráter econômico não necessariamente garantirão a integridade ambiental - consistente com art. 2 da CC (muito genérico): tem que *prevenir* alterações significativas da mudança de clima de tal maneira a não afetar a capacidade dos ecossistemas se *adaptarem ao novo cenário* e também não afetar a *segurança planetária*. MAS o parâmetro mensurável seria *evitar que a temperatura média do planeta aumentasse mais de 2 graus* (sérias implicações para segurança alimentar, biomas, biodiversidade, etc.);

• debate não pode ficar restrito como se fosse uma “questão de clima” – é uma *discussão do modelo de sociedade*, de distribuição de poder. Por isso que o Fórum Social Mundial, GT Clima, Vitae Civilis, Greenpeace, Amigos da Terra, Oil Watch, Corp. Watch, etc. organizaram o Seminário de Justiça Climática (150 pessoas, data? local?): usando o conceito de “justiça ambiental” - outra maneira de se aproximar do debate e poder fazer *novas críticas, novas colocações e reformatar o debate* (porque senão o debate fica reduzido a isto: “eu aceito ou não aceito instrumento de mercado?”). Que *políticas* são necessárias para *definir as causas*, como é que eu posso ficar mudando a sociedade?” (o conceito de ‘justiça ambiental’ pode ajudar a discutir equidade, etc.);

- • CC implica em obrigações de todos os países (art.41: “todos os países têm que incorporar as questões de mudança de clima nas suas políticas gerais e setoriais para conseguir um efeito, que é diminuir as emissões de gases”);

- • problema de poluição, aparentemente ambiental MAS questão de fundo é o modelo de produção, o **modelo econômico** que está causando isso e que o PK não resolve, mas está sendo implementado – exemplo projeto da Plantar/ MG e barragens (desenvolvimento limpo – não é combustível fóssil) e talvez vão fazer barragens menores (PCHs), para serem menos ‘impactantes’, mas serão novamente as comunidades locais que vão pagar primeiro (pagam duas vezes pelas mudanças climáticas) - comunidades locais / rurais no mundo já estão sofrendo com mudanças climáticas (temperaturas, chuvas, ventos, etc.) e *estão ainda mais longe do debate*.

- **Foco principal: mudança dos padrões de consumo**, de concentração de riqueza, de uma sociedade dependente de combustíveis fósseis, de transporte individual, de hiatos e iniquidades que concentram benesses no norte e mazelas no sul e no norte também - “Cobrança” (Vitae Civilis, GT Clima do Fórum, Rede CAN) do governo brasileiro anterior e atual é a **necessidade de políticas públicas que lidem com isso**: políticas de clima, desdobradas em instâncias participativas da posição do GT Clima (cf. acordo defendido por VC na CNMA 2003: Comissão Interministerial sobre Clima *aberta* ao diálogo e à participação da sociedade. O Fórum Brasileiro que foi criado e o atual governo ainda não decidiram o que vão fazer, MAS há alguma instância de participação).
- Tendência desses mecanismos serem alternativa para toda ajuda *de cooperação internacional*,
 - porque é *desenvolvimento*: são projetos que pretendem gerar trabalho, desenvolver a região e, ao mesmo tempo, atingir as metas do PK;
 - porque é *mercado*: quantificar e procurar comprar o crédito de carbono dos mais baratos (política do Ministério da Fazenda);
- **CC e PK** têm “*desvios genéticos*”: polêmica do ponto de partida *fontes e sumidouros e quem tem que fazer alguma coisa* - pressão muito grande para os *países industrializados* fazerem algo logo inicialmente (por isso o PK), disseminou-se a idéia de que *os países em desenvolvimento* não têm que fazer nada (equivoco).
- **PK** deu passo adiante: os países industrializados têm a obrigação de reduzir as emissões em relação ao nível que estavam em 1990. Os países em desenvolvimento estão *isentos* de obrigação. Isso significa que o Brasil até pode continuar emitindo, mas tem que ser numa velocidade menor do que existiria se não houvesse. Portanto, o Brasil tem que começar a diminuir o aumento das suas emissões, seja no controle de desmatamento, seja por uma política de energia, por uma matriz energética mais limpa (em vez de ficar promovendo termelétricas e nucleares, embora não tenham cálculo de carbono, energia mais limpa significa também sustentabilidade – eólica, as formas renováveis, etc.).

(CC e MDL: propiciam discurso “fisiologista”: “entrar, antes tarde do que nunca” – “\$\$ para bons projetos”)

- **Posição Rede CAN**: num primeiro momento, taticamente *não aceitou sumidouros no MDL* como uma tentativa de não mercantilizar tudo, MAS diante da posição derrotada, a estratégia foi tentar *limitar*, eventualmente ter mecanismos compensatórios;
 - COP 7 definiu que na COP 9 (Milão) seria *decidido* que “adicional” é o que vai mudar o “estoque de carbono”;
 - sobre reflorestamento e aflorestamento: a questão é *permanência*, por exemplo se há um projeto de reflorestamento na área comercial (monocultivo ou não), isso implica que daqui a alguns anos a madeira vai ser cortada, vai virar lenha, vai virar carvão, que libera outra vez carbono para atmosfera – *em que medida o carbono que estão fixando vai ficar permanente e quanto dele sai?* Uma questão que já é muito polêmica nas ongs da Rede CAN: uma outra tentativa de evitar plantações, monoculturas e o uso de espécies exóticas e “exóticas invasoras”. Não estava mais em jogo incluir floresta nativa (nem na COP 6, que falhou, em Haia);
 - sobre *certificados de emissão*, de redução de carbono, *permanentes*: uma vez feito o projeto, a empresa tem o certificado e fica satisfeita – MAS se queimar a área que foi reflorestada? caça o certificado ou não? *O certificado é temporário*. Na proposta de *ser permanente* teria que haver um *seguro*: se a floresta queimasse, o seguro iria pagar para refazer o trabalho (muitos detalhes para um *monitoramento*).
 Depois de muita polêmica interna, CAN apresentou esse documento (ref. data?):

- **1ª via:** caminho dentro da Convenção (PK), com obrigação de redução dos países industrializados, mas isso só não resolve: o próprio PK não equaciona a questão do desmatamento como um problema que também afeta o clima. Como resolver isso? Pelo PK se permite que *os países em desenvolvimento aumentem suas emissões, mas não se quer que aumentem muito.*
- **2.a via: “descarbonização da sociedade”** (sentido amplo) vai além do PK, não está ‘desenhada’, está ‘negociada’: não só ter matriz energética mais limpa, menos dependente de combustíveis fósseis, mas no lado de *fontes* também, *diminuir desmatamento e queimadas.*
- Justificativa: para não parecer idêntica à posição dos EUA, a proposta do CAN incorpora três princípios explícitos (sem mexer no princípio de responsabilidade histórica): equidade, capacidade de poder absorver custos (“transição justa” para a área sindical) e capacidade de atuar – “pensados de maneira integrada para não impor (ao Burundi ou ao Brasil) coisas que não temos hoje condições de fazer (que é o que o Congresso EUA queria: “os EUA não entram enquanto não dermos entrada”). Temos que nos preparar para daqui a 20 anos: se a gente não *abrir outras vias dentro da Convenção*, ficar só na via PK, em algum momento o Brasil teria que estar num novo Anexo, de redução, com todas essas “falhas genéticas” (não só do MDL mas da CC), ao permitir um *mecanismo de contabilização* (soma do que está emitindo, soma do que estou capturando, uma adição ou subtração) – isto vale para o *joint implementation* (execução conjunta) e para o comércio de *licenças*, mecanismo *perverso* que facilita a vida dos países que hoje estão emitindo mais, em troca de engajamento de terceiros.
- Tentativa de construir politicamente uma interpretação de que *não é dado o direito de poluir - é dada a obrigação de abater a poluição*, só que em *taxas* diferentes: *obrigatórias* para os países industrializados e *taxas não definidas para países em desenvolvimento* (mas a obrigação é *diminuir* a poluição). MAS mecanismos no PK serão efetivos? Serão eficientes? Importante é gerar *lógicas* em políticas públicas que permitam a ação (evitando “sinuca de bico”: países em desenvolvimento só vão fazer alguma coisa quando os industrializados fizerem. Aí vem os EUA e outros: “Nós só vamos entrar se Vs. fizerem alguma coisa”).
- **3.a via: adaptação** i.e. gerar mecanismos também financeiros preocupados com segurança alimentar, securidade ambiental, tendo em vista que certas mudanças do clima *vão ocorrer*, queiramos ou não - lamentavelmente o cenário é que se aumentar 1,5 ou 2 graus vão começar processos de *savanização*, vai afetar a agricultura, então tem que começar a pensar agora, para daqui a 20, 30 anos, como vamos poder fazer os investimentos para *adaptar e garantir segurança alimentar?*

Recomendações

- **proposta do IPAM / ISA (redução compensada)** deve ser debatida / abrir diálogo dentro do Fórum Brasileiro: qual o seu significado, como pode ser construída;
- possibilidade de construir também uma *mediação política* que unifique as ongs e os movimentos sociais, para tratar do tema e atuar a níveis nacional e internacional (setor florestal está unido para defender os seus interesses junto à presidência da República, junto aos Ministérios e aos bancos). Cabe às *ongs e aos movimentos sociais também buscar construir uma plataforma unitária* – adquirir uma potência maior de *ação* frente ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, no âmbito do CONAMA (proposta da Câmara Técnica de Mudanças Climáticas), etc.;
- fortalecer *políticas públicas* para esses temas – elaborar propostas para as questões *concretas* que se apresentam.

MDL

• **“desenclausuramento” das ongs e pessoas que atuam no campo da formulação de políticas públicas** – “para a discussão deixar de ficar no plano da ‘negociação’ por cima”, de “especialistas”: *necessidade de estratégia mais clara de inclusão das populações, da sociedade nesse debate;*

- necessidade de obter informações e participar de debates para alimentar as discussões internas aos movimentos (como ALCA e transgênicos) - necessidade de desmistificar os temas e levar às bases, para poder refletir outros encaminhamentos e uma proposta de ação em conjunto;
- *ter indicativos* (para as grandes ongs) de como trazer o debate para o nível local, tendo em vista o *processo de mobilização social;*
- debate sobre mudança de clima não pode ficar limitado a MDL e florestas, uma vez que a questão tem *inter-relação com a expansão dos monocultivos* – tem a ver com mudar a trajetória do planeta, no sentido de garantir sustentabilidade, mudar padrões de produção industrial, tecnológica, “descarbonizar” a sociedade (i.e. ser cada vez menos dependentes de combustíveis fósseis);
- necessário distinguir entre “energia sustentável” e “energia renovável” – qualificar o “renovável” (termo técnico na CC é “uso do solo”, “mudança de uso do solo”: PCHs, energia eólica, solar, etc.) – discussão no GT Energia do Fórum;
- anúncio de seminário sobre álcool em 2004, no nordeste (FASE);
- se vêm recursos, via PK ou na situação de não-ratificação do PK, surge um *mercado mais informal*, que vai se formalizando com o decorrer do tempo ao nível do capitalismo - *vai ter os mesmos impactos sobre as populações*. Neste sentido é necessário tentar construir, na negociação com o governo brasileiro, mecanismos de controle desse *dinheiro*, porque *se ele for mercado*, não vai ter controle: *transformá-lo em algum instrumento de política pública com discussão com a sociedade.*

GT Clima (Fórum) tem cobrado isso e o primeiro passo é ter *política nacional para mudança de clima*, não só MCT, MMA, mas também MME, MF - tem que estar refletido no PPA, no orçamento, nas políticas setoriais (política energética) para ficar sintonizado com a sociedade.

- Para contrabalançar tendência crescente de mercantilização da sociedade, após reunião Fórum (abril 2003): esforço de *cruzar* as agendas e pautas dos vários GTs para evitar ação fragmentada: pauta *íntegra* para ter abordagens mais integradoras no diálogo com o governo e outros segmentos sociais;
- “valorizar serviços ambientais” = buscar valorizar política e socialmente as contribuições que as populações locais, ribeirinhos, comunidades tradicionais fazem nas suas atividades antrópicas de manter a floresta em pé, manter a biodiversidade: dimensão econômica da sustentabilidade e não necessariamente fazer o jogo do mercado, mas *submeter* o mercado à lógica social e à lógica ambiental (e não impor a lógica econômica ao serviço social e ambiental);
- utilização de conceitos como “justiça ambiental” para integrar as várias perspectivas analíticas e posturas políticas, para tentar ter a unicidade desejável e gerar políticas públicas de controle social.

